cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.02.16 10:17:30 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 16 de fevereiro de 2024 • Nº 1743 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Top Business

Mundo Disney no Fortnite

PÁGINA 4

TURMA DE BOLSONARO

PF: Pazuello atuou em tentativa de golpe

Relatório da Polícia Federal (PF) aponta que o deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), ex-ministro da Saúde, foi um dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que defendeu a subversão do Estado Democrático de Direito. Pazuello atuou no sentido de propor ao então chefe do Executivo uma "ruptura constitucional", de acordo com documento obtido pelo jornal *O Globo*. A participação de Pazuello no esquema golpista é relatada pela PF com base em conversas interceptadas e registros de entrada no Palácio da Alvorada. Em um áudio gravado em 8 de novembro de 2022, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, diz a um interlocutor que o então presidente estava recebendo visitas pessoais "no sentido de propor um ruptura institucional" e "pressioná-lo a tomar medidas mais fortes para reverter o resultado das eleições". Segundo a PF, o áudio seria endereçado ao então comandante do Exército, general Freire Gomes. PÁGINA 9

CARNAVAL

Rio tem média de 87% de ocupação na rede hoteleira

Pesquisa divulgada nesta quinta-feira pelo Sindicato Patronal dos Meios de Hospedagem da Cidade do Rio de Janeiro (HotéisRIO) mostra que o carnaval carioca teve média de 87% dos quartos de hotel ocupados. O número se refere ao período de 10 a 14 de fevereiro. Os bairros da zona sul foram os mais procurados por turistas nacionais e estrangeiros. A liderança foi exercida por Botafogo/Flamengo, com 90,73%, seguida por Ipanema/Leblon, com 88,87%, Copacabana/Leme (87,84%), centro (87,2%) e Barra/ Recreio, na zona oeste (83,38%). Para o presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, o resultado comprova a alta capacidade de atração do Rio de Janeiro. PÁGINA 8

FUGA EM MOSSORÓ

Governo anuncia construção de 'muralhas' em presídios

FELIPE SAMPAIO/STF

O governo federal vai construir muralhas de proteção em todos os presídios federais na tentativa de evitar novas fugas de detentos. A medida foi anunciada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (**foto**), ontem, como uma resposta à fuga de dois criminosos do presídio federal de Mossoró. O caso abriu a primeira crise de Lewandowski à frente da pasta - ele ordenou um pente-fino em todo o sistema. Na madrugada de quarta-feira, passada Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento escaparam da penitenciária escalando a luminária de suas celas e acessando o teto da cadeia. Depois, chegaram ao pátio, onde ocorre uma obra e pegaram um alicate com o qual cortaram o alambrado da penitenciária e fugiram. Atualmente, somente a penitenciária federal do Distrito Federal tem muralha de proteção. O ministro anunciou que as estruturas serão construídas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). PÁGINA 9

ALVO DE OPERAÇÃO

Governador de SP demite da Prodesp major golpista

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, demitiu da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) o major da reserva do Exército Angelo Martins Denicoli. A companhia confirmou ontem que o desligamento ocorreu na segunda-feira passada, no meio do feriado de carnaval. Segundo as investigações da Polícia Federal (PF), o militar teria participado da tentativa de golpe de Estado no núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral. O major foi alvo de busca e apreensão – autorizados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes – na Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela PF na semana passada. PÁGINA 10

SÃO PAULO

Tarcísio fará consulta pública para a privatização da Sabesp

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (**foto**), anunciou ontem a abertura de consulta pública de mais uma etapa para a privatização da Companhia Paulista de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A consulta debaterá os contratos e os 375 anexos técnicos – um para cada município paulista atendido pela Sabesp – que tratam da nova regulação tarifária da companhia, caso a empresa seja privatizada. Também irá abordar o plano de investimentos, prazo para a universalização do saneamento básico, a modernização das redes de abastecimento e tratamento de esgoto. PÁGINA 4

BANCO CENTRAL

Oferta de crédito foi mais favorável no fim de 2023

O Banco Central divulgou ontem, o resultado da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito, que procura captar as tendências do mercado de crédito bancário a partir das percepções das principais instituições financeiras. Em relação ao quarto trimestre de 2023, os bancos destacaram que as condições de oferta de crédito foram mais favoráveis. "Em geral, a demanda por crédito tem sido positiva, impulsionada pela redução nas taxas de juros e, no caso de pessoas jurídicas, também pela necessidade de investimento em ativo fixo e de capital de giro", aponta o BC. De acordo com a pesquisa, a oferta de crédito para pessoas jurídicas tem sido mais flexível. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: 0,62% / 127.804,13 / 785,84 / Volume: R$ 23.012.593.192 / Negócios: 3.765.991

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
USIMINAS PNA N1	9.88	+5.56	+0.52
PETRORIO ON NM	44.57	+4.75	+2.02
PETRORECSA ON NM	22.540	+3.82	+0.830
HYPERA ON EJ NM	31.90	+3.40	+1.05
PETROBRAS PN N2	42.30	+3.20	+1.31

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LWSA ON NM	5.28	–3.30	–0.18
GRUPO NATURAON NM	16.28	–2.51	–0.42
CARREFOUR BRON NM	11.25	–2.51	–0.29
CYRELA REALTON NM	22.10	–2.13	–0.48
IGUATEMI S.AUNT N1	23.180	–2.03	–0.480

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	42.30	+3.20	+1.31
VALE ON NM	65.51	–0.32	–0.21
SABESP ON NM	80.69	+2.15	+1.70
ITAUUNIBANCOPN N1	34.58	+0.85	+0.29
PETRORIO ON NM	44.57	+4.75	+2.02

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.773,12	+0,91
NASDAQ Composite	15.906,173	+0,30
CAC 40	7.743,42	+0,86
FTSE 100	7.597,53	+0,38
DAX	17.046,69	+0,60
Ftse Mib	31.694,44	+1,17

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/02)	11,25%
Poupança 3 (16/02)	0,5717%
TR (16/02)	0,0713%
IGP-M	0,07% (jan.)
IPCA	0,42% (jan.)
CDI (01/02)	11,15%
OURO BM&F/grama	R$ 322,33
EURO Comercial	Compra: 5,3493 Venda: 5,3499
EURO turismo	Compra: 5,3975 Venda: 5,5775
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9710 -0,03%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9674 Venda: 4,9680
DÓLAR turismo	Compra: 4,9883 Venda: 5,1683

Economia

MERCADOS

Bovespa quebra série negativa e sobe 0,62%, a 127,8 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) quebrou série de quatro perdas e subiu 0,62%, aos 127.804,13 pontos, com giro a R$ 23,0 bilhões. Na sessão, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 126.932,47 aos 127.823,63, saindo de abertura a 127.018,29 pontos. No mês, o Ibovespa sobe 0,04%, com perda de 0,17% na semana. No ano, cede 4,76%.

Na Bolsa, o Ibovespa foi favorecido ontem pelo impulso proporcionado por nomes do setor metálico, como CSN (ON +3,13%) e Usiminas (PNA +5,56%), apesar da leve perda, de 0,32%, em Vale ON na sessão. O Ibovespa contou com o apoio de outros pesos-pesados, como Petrobras (ON +2,84%, PN +3,20%, ambas nas máximas do dia no fechamento) e Itaú (PN +0,85%). Em Nova York, o dia foi positivo também para Nasdaq (+0,30%), Dow Jones (+0,91%) e S&P 500 (+0,58%), que buscaram máximas da sessão ainda no meio da tarde, acompanhadas pelo Ibovespa.

Na ponta ganhadora do Ibovespa ontem, além de Usiminas, destaque também para Prio (+4,75%) e PetroReconcavo (+3,82%), com o avanço em torno de 1,5% para o petróleo na sessão. No lado oposto, Locaweb (-3,30%), Natura (-2,51%) e Carrefour (também -2,51%). "Usiminas refletiu a elevação de preço-alvo por parte do Citi - mas ainda mantendo recomendação neutra -, além de uma maior demanda por aço no Brasil", diz Andre Fernandes, head de renda variável e sócio da A7 Capital.

DÓLAR

Após trocas de sinal ao longo do dia e oscilação de menos de três centavos entre a mínima (R$ 4,958) e a máxima (R$ 4,9831), o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em baixa de 0,07%, cotado a R$ 4,9686.

BC

Oferta de crédito foi mais favorável no fim de 2023

EDUARDO RODRIGUES/AE

O Banco Central divulgou ontem, o resultado da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC), que procura captar as tendências do mercado de crédito bancário a partir das percepções das principais instituições financeiras. Em relação ao quarto trimestre de 2023, os bancos destacaram que as condições de oferta de crédito foram mais favoráveis.

"Em geral, a demanda por crédito tem sido positiva, impulsionada pela redução nas taxas de juros e, no caso de pessoas jurídicas, também pela necessidade de investimento em ativo fixo e de capital de giro", aponta o BC.

De acordo com a pesquisa, a oferta de crédito para pessoas jurídicas tem sido mais flexível, com destaque positivo para a competição entre bancos no segmento de grandes empresas. No segmento de micro, pequenas e médias empresas, o destaque é a captação de novos clientes. "Espera-se para o primeiro trimestre de 2024 uma melhora generalizada nos fatores", acrescentou o documento.

Já para as famílias, os bancos disseram esperar que as condições de crédito para consumo de pessoas físicas ficassem mais favoráveis no começo deste ano. "Espera-se fortalecimento da demanda para o primeiro trimestre de 2024, auxiliado pela redução nas taxas de juros e aumento da confiança do consumidor", apontou a pesquisa.

As instituições também citaram a melhora na percepção sobre o nível de comprometimento de renda do consumidor, o nível de emprego e de condições salariais, além da inadimplência e a tolerância ao risco.

Por outro lado, apesar da melhora ou manutenção da percepção dos fatores de oferta do crédito habitacional no fim de 2023, os bancos indicaram que o custo e disponibilidade de funding devem ser fatores "bastante negativos" para o segmento no começo de 2024.

FEVEREIRO

Balança registra superávit de US$ 1,078 bilhão na 2ª semana

AMANDA PUPO/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US$ 1,078 bilhão na segunda semana de fevereiro (dias 5 a 11). De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados nesta quinta-feira, 15, o valor foi alcançado com exportações de US$ 5,996 bilhões e importações de US$ 4,919 bilhões.

No mês de fevereiro, o superávit acumulado é de US$ 1,996 bilhão e, no ano de 2024, de US$ 8,523 bilhões.

Até a segunda semana do mês, a média diária das exportações registrou aumento de 7,6% na comparação com a média diária do período em 2023, com queda de U$ 62,31 milhões (-25,7%) em Agropecuária; crescimento de US$ 180,2 milhões (92,2%) em Indústria Extrativa e recuo de US$ 28,12 milhões (-4,1%) em produtos da Indústria de Transformação.

Já as importações tiveram queda de 5,8% no período, também na comparação pela média diária, com avanço de US$ 0,87 milhões (4,1%) em Agropecuária; alta de US$ 0,27 milhões (0,4%) em Indústria Extrativa e recuo de US$ 52,94 milhões (-6,0%) em produtos da Indústria de Transformação.

BC/Focus

Mercado eleva previsão da inflação de 2024/2025

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve elevação, passando de 3,81% para 3,82% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta quinta-feira, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação também subiu de 3,5% para 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em janeiro, pressionada pela alta dos alimentos, a inflação do país foi de 0,42%, abaixo do apurado em dezembro, de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o IPCA soma 4,51%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela quinta vez consecutiva, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

Em comunicado, o Copom indicou que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista "necessária para o processo desinflacionário". O órgão informou que a interrupção dos cortes dependerá do cenário econômico "de maior prazo".

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 8,5% ao ano e se mantenha nesse patamar em 2026 e 2027.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB E CÂMBIO

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 1,6%.

2024

IIF vê moderação leve do PIB global com impacto limitado de tensões

PATRICIA LARA/AE

O crescimento global em 2024 deve ficar mais moderado com as taxas reais de juros elevadas e políticas fiscais ligeiramente mais restritivas na maioria das economias avançadas restringindo a atividade econômica. Mas a tensão geopolítica no Oriente Médio não devem se alastrar a ponto de ter um impacto disseminado, ainda que deverão ter impacto relevante para a atividade de países diretamente envolvidos, segundo o Institute of International Finance (IIF).

O PIB global deve crescer 2,8% em 2024, o que representará uma moderação ante a expansão de 3,1% no ano passado, de acordo com o cenário básico traçado no relatório do IIF, que reúne 400 membros da indústria financeira de mais de 60 países.

O instituto atribui uma probabilidade de 70% ao seu cenário básico e de 30% a um cenário pessimista. No pior cenário, com alastramento das tensões geopolíticas e com um aumento hipotético de 40% do petróleo e do gás, o ritmo de expansão global ficaria mais moderado, com crescimento de 2,4%.

Ainda no cenário básico, o IIF projeta que a expansão nos EUA irá desacelerar de 2,5% em 2023 para 2% em 2024. "O crescimento mais lento provavelmente será visto como positivo pelo Fed", de acordo com o documento com data de ontem.

Para as economias avançadas, o principal risco das tensões do Oriente Médio viria de potenciais restrições de oferta, o que poderia provocar retomada das pressões inflacionárias e manutenção das taxas de juros mais altas por mais tempo.

O IIF espera que a zona do euro flerte com uma recessão moderada, à medida que os custos de financiamento mais elevados comprimem a procura de empréstimos. Para a China, a apatia do sentimento do consumidor e a continuidade de uma recessão no setor imobiliário serão pesos sobre a demanda e a atividade. A demanda mais baixa da China deve manter os preços das commodities como um todo estáveis em 2024.

ORIENTE MÉDIO

Em relação ao petróleo, o IIF prevê uma cotação média de US$ 80 para barril do petróleo em 2024 no cenário básico. Mas o alastramento das tensões pode elevar a cotação para a marca de US$ 120,00.

O impacto econômico das tensões no Oriente Médio deve ficar confinado a países mais afetados pelo atual conflito em Gaza, como Israel, Egito e Líbano, diz o IFF. No entanto, a incerteza geopolítica ainda terá repercussões adversas em muitos dos países da região, através de menor consumo privado e investimento, menor turismo, custos maiores de importação e uma elevação do risco crescente que está aumentando os custos dos empréstimos.

No cenário base, o IIF vê crescimento geral do Oriente Médio de 1,6%, com contração da economia do Líbano (-1,2%) e Israel (-0,9%).

Para a América Latina, o IIF projeta expansão de 2,1% no cenário básico e de 2%, se houver deterioração da situação geopolítica no Oriente Médio.

ACSP

Carnaval eleva vendas no comércio na cidade de São Paulo entre 8% e 10%

POR LETÍCIA NAOME

O carnaval na cidade de São Paulo gerou um aumento de 8% a 10% no volume de vendas em relação ao mesmo período do ano anterior, projeta a Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A alta está diretamente relacionada à compra de itens específicos, como fantasias, maquiagens e acessórios carnavalescos, além das vendas de supermercados, aponta Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da ACSP.

A ACSP avalia também que os dados indicam uma "trajetória ascendente" do carnaval de rua na capital.

Com a crescente quantidade de blocos, que atraem pessoas de diversas regiões, não só o setor de entretenimento é estimulado, mas também o de serviços, com a maior movimentação em hotéis, bares e restaurantes, destaca Gamboa.

O economista espera que o evento "contribua de forma positiva para o desempenho global do varejo".

O aumento da renda dos consumidores e a maior disposição a gastar com o carnaval refletem uma recuperação gradual da economia, ressalta a ACSP.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ: 01.417.222/0001-77 - NIRE: 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM: 01794-9

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da MRS Logística S.A. realizada em 31 de janeiro de 2024. **Local:** na sede social da Companhia, situada na Praia de Botafogo, n.º 228, 7º andar, sala, nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, **Presença:** Presentes acionistas representando 70,54% do capital social votante e 83,14% do capital social total, tudo conforme registrado no Livro de Presença dos Acionistas, considerando-se presentes os acionistas que participaram por meio de boletim de voto à distância apresentado com antecedência e por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"). **Mesa:** Marcelo Leite Barros, Presidente do Conselho de Administração, e Carolina Canal Gonçalves Kestelman, Secretária. **Convocação:** edital de convocação foi publicado no Diário do Acionista, edições dos dias 28 e 29 de dezembro de 2023 e 02 de janeiro de 2024, páginas 4, 4 e 6 respectivamente, para fins dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** Foi aprovada, por unanimidade, com o voto favorável de 105.955.496 ações ordinárias, consignada a abstenção da acionista CSN Mineração S.A. e consignado o cômputo dos votos de apenas 37.442.040 ações ordinárias detidas por Usiminas Participações e Logística S/A e 37.442.040 ações ordinárias detidas por Mineração Brasileiras Reunidas MBR (participação de cada uma equivalente a 20% do capital social votante), a) a alteração da alínea 'a' do artigo 2º, com a finalidade de ajustar o objeto social da Companhia para a complementação das atividades exercidas, passando o texto modificado a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º– A Companhia tem por objeto: a)prestar serviços de transporte ferroviário de carga mediante utilização dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;(...)"; b) a exclusão do parágrafo 1º do artigo 2º, para excluir a previsão de que o exercício de determinadas atividades precisaria de prévia e expressa aprovação do Poder Concedente, renumerando-se os parágrafos seguintes; c) alteração do artigo 5º, para alterar o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, passando o artigo alterado a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R$3.961.030.948,65 (três bilhões, novecentos e sessenta e um milhões, trinta mil e novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil e duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e sessenta e seis) ações preferenciais classe "A" e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil e setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe "B". Respeitado o disposto no artigo 6º abaixo, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição."; e d) a alteração do título do Capítulo VIII, para incluir menção aos aditivos do Contrato de Concessão, passando o referido Capítulo a vigorar com a seguinte redação: "CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL PND/A-05/96/RFFSA, CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO COM A UNIÃO E RESPECTIVOS TERMOS ADITIVOS". O Estatuto Social da Companhia fica consolidado nos termos do Anexo I à presente ata. Decidiram, também, os acionistas que a ata desta Assembleia Geral Extraordinária seja publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, bem como seja lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o §1º do referido art. 130 da Lei nº 6.404/76. Certidão da **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 2024/00152060-5 – 05/02/2024. Certifico o arquivamento em 06/02/2024 e o registro sob o número: 00006073893 – Data: 06/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

Rio Pomba Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 08.375.696/0001-42 – NIRE em Constituição

Ata de Reunião Ordinária de Sócios realizada em 15 de novembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 15/11/2022, na sede social da Sociedade, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 11:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social da **Rio Pomba Energética Ltda.**, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, Rua Pasteur nº 125, sala 5, Santa Helena, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.375.696/0001-42, com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31211308647, a saber: (a) **Elera Renováveis S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável S.A.), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andar, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.808.298/0001-96, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF nº 861.403.379-68, e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF nº 071.000.747-70; e (b) **Elera Renováveis Participações S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável Participações S.A.), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andar, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19 e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032293-1; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e do CPF/MF nº 861.403.379-68, e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF nº 071.000.747-70. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los a Srta. Stephanie de Barros Brigido. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a declaração e distribuição de lucros apurados pela Sociedade, com base no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme clausula 22ª do Contrato Social da Companhia.; (ii) Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082 do Código Civil; (iii) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** Os senhores quotistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade dos membros presentes: **5.1.** Aprovar o pagamento de lucros no valor total de **R$ 1.330.344,48** à conta da Reserva Especial, constituída com base no exercício social encerrado em 31/12/2021. **5.2.** Os lucros declarados no item 5.1. acima devem ser pagos aos sócios conforme a disponibilidade de caixa da Sociedade dentro do exercício social em curso; e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Sócios	Qtde de Quotas	%	Lucros a distribuir (em R$)
Elera Renováveis S.A.	17.664.359	99,9999943	1.330.344,40
Elera Renováveis Participações S.A.	1	0,0000057	0,08
Total	17.664.360	100	**1.330.344,48**

5.2.1. A quotista Elera Renováveis Participações S.A. manifestou sua renúncia em relação aos lucros que lhe cabe em favor da quotista Elera Renováveis S.A.. **5.3.** Os sócios quotistas discutiram e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 1.169.700,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento de **1.169.700** quotas da Sociedade. **5.4.** Em virtude da deliberação 5.1 acima, o capital social da Sociedade será reduzido **de** R$ 17.664.360,00 **para** R$ 16.494.660,00; e o número de quotas será reduzido **de** 17.664.360 quotas **para** 16.494.660 quotas. **5.5.** Registrar que os valores declarados da redução de capital da Sociedade acima aprovada serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Sócios Quotistas	Qtde de Quotas	%	Valor Reduzido (em R$)
Elera Renováveis S.A.	17.664.359	99,9999909	1.169.699,89
Elera Renováveis Participações S.A.	1	0,0000091	0,11
Total	17.664.360	100	**1.169.700,00**

5.5.1. A quotista Elera Renováveis Participações S.A. manifestou sua renúncia em relação ao valor que lhe cabe em favor da quotista Elera Renováveis S.A. **5.6.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.1 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: *"Cláusula 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 16.494.660,00, dividido em 16.494.660 quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: i. A sócia Brookfield Energia Renovável S.A. (CNPJ/MF nº 02.808.298/0001-96) possui 16.494.659 quotas, totalizando R$ 16.494.659,00; ii. A sócia Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19), possui 1 quota, totalizando R$ 1,00. Parágrafo único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."* **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata em 1 via de igual teor e forma. Rio de Janeiro, RJ, 15/11/2022. **Stephanie de Barros Brigido** – Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa. **Elera Renováveis S.A.** (representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira); **Elera Renováveis Participações S.A.** (representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira).

Vet Análises Laboratório Veterinário de Análises Clínicas Ltda.

CNPJ/MF nº 07.628.284/0001-04 – Registro RCPJ: 215.480

5ª Alteração do Contrato Social

Tecsa Laboratórios Ltda., CNPJ/MF nº 01.648.667/0001-68 e NIRE 3120683075-6, neste ato representada por seu Diretor, **Cláudio Peixoto Bastos**, RG nº 130.682.669 (IPF/RJ), CPF/MF nº 091.244.367-71 (doravante denominada "Tecsa" ou "Incorporadora"); Sócia representando a totalidade do capital social da **Vet Análises Laboratório Veterinário de Análises Clínicas Ltda.**, com sede na Rua Ipiranga, nº 53, 1º andar, Laranjeiras, Rio de Janeiro-RJ, com filial inscrita no CNPJ/MF nº 07.628.284/0002-95, com endereço na Rua Esteves Junior, nº 57, Laranjeiras, Rio de Janeiro-RJ, (doravante denominada simplesmente "Sociedade" ou "Incorporada"); Decide alterar o Contrato Social da Sociedade, de acordo com o § 3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, conforme aditada ("Código Civil Brasileiro"), da maneira que segue: **1. Incorporação da Sociedade:** 1.1. A sócia resolve aprovar a presente Alteração do Contrato Social e a incorporação da Sociedade pela própria sócia da Sociedade, **Tecsa Laboratórios Ltda.**, acima qualificada. 1.2. A incorporação se justifica pela conveniência de unificar as atividades de sociedades que pertencem ao mesmo grupo econômico e possuem relação de controladora (Incorporadora) e controlada (Sociedade), objetivando melhor eficiência direcional e administrativa e futura expansão das operações da Incorporadora. **2. Apreciação e Aprovação do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação:** 2.1. A sócia aprovou o Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação de Incorporação, firmado pela Sociedade e pela Incorporadora em 29/09/2023 ("Protocolo de Justificação"), que integra a presente alteração contratual como Anexo I, bem como ratifica integralmente os termos e condições do referido protocolo. **3. Ratificação de Auditor:** 3.1. A sócia ratifica a contratação da **MCO Contabilidade Ltda.**, CNPJ/MF nº 44.395.444/0001-49, CRC/SP nº 283178/O-0, representada pelo Sr. **Marcio Clayton de Oliveira**, CPF/MF nº 276.992.458-30, ("Avaliador") para avaliar o patrimônio líquido da Sociedade em 31/08/2023 e elaborar o respectivo laudo de avaliação para fins de incorporação da Sociedade pela Incorporadora ("Laudo de Avaliação"). **4. Aprovação do Laudo de Avaliação:** 4.1. Ato contínuo, a sócia aprova o Laudo de Avaliação da Sociedade, datado de 22/09/2023, que integra o presente instrumento como Anexo II. **5. Autorização aos Diretores da Sociedade:** 5.1. A sócia autoriza os Diretores da Sociedade a praticarem todos e quaisquer atos que se façam necessários à implementação da operação de incorporação da Sociedade pela Incorporadora, podendo assinar todos e quaisquer documentos correlatos, incluindo, sem limitação, os documentos necessários ao arquivamento, registro e publicação dos respectivos atos da incorporação ora aprovada. **6. Extinção da Sociedade:** 6.1. Como consequência da versão da totalidade do patrimônio da Sociedade para a Incorporadora, a Sociedade é extinta para todos os fins de direito e nos termos da legislação vigente, no ato da efetivação da incorporação, e apenas as atividades indicadas abaixo da matriz e filial da Sociedade passam a ser conduzidas por duas filiais da Incorporadora: **(i)** Somente as atividades veterinárias (CNAE nº 75.00-1-00) exercidas pela matriz da Incorporada, inscrita no CNPJ/MF nº 07.628.284/0001-04, passam a ser conduzidas pela filial da Incorporadora, localizada na Rua Ipiranga, nº 53, Laranjeiras, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF nº 01.648.667/0006-72 e NIRE 3390162624-1. As demais atividades exercidas pela matriz da Incorporada, que não as atividades veterinárias (CNAE nº 75.00-1-00), serão descontinuadas. **(ii)** Somente as atividades veterinárias (CNAE nº 75.00-1-00) exercidas pela filial da Incorporada, inscrita no CNPJ/MF nº 07.628.284/0002-95, passam a ser conduzidas pela filial da Incorporadora, localizada na Rua Esteves Junior, nº 57, Laranjeiras, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF nº 01.648.667/0007-53 e NIRE 3390162625-0. As demais atividades exercidas pela filial da Incorporada, que não as atividades veterinárias (CNAE nº 75.00-1-00), serão descontinuadas. 6.2. Tendo em vista que a Incorporadora detém 100% da participação societária da Sociedade, a incorporação não importará em um aumento do capital social da Incorporadora. **7. Responsabilidade:** 7.1. A Incorporadora assumirá, nos termos da lei aplicável, as responsabilidades, ativas e passivas, relativas ao patrimônio da Sociedade que lhe será transferido nas condições estabelecidas no Protocolo de Justificação Vet Análises. **8. Contrato Social:** 8.1. Por fim, tendo em vista que as deliberações acima não resultam em qualquer alteração aos artigos do Contrato Social, resolve a sócia dispensar a necessidade de consolidação ao Contrato Social da Sociedade. E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular de alteração e consolidação de Contrato Social da Sociedade, em 1 via eletrônica para que se proceda seu devido registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro – RCPJ-RJ. Rio de Janeiro, 29/09/2023. Ass.: **Incorporadora:** Tecsa Laboratórios Ltda. Claudio Peixoto Bastos – Diretor Presidente; Daniel Atie Correia de Morais – Diretor Financeiro. **Incorporada:** Vet Análises Laboratório Veterinário de Análises Clínicas Ltda. Claudio Peixoto Bastos – Diretor Presidente; Daniel Atie Correia de Morais – Diretor Financeiro. Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 06/02/2024. Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.iti.gov.br.

Pantanal Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 03.771.820/0001-75 – NIRE 33.210.235.753

Ata de Reunião de Sócios realizada em 19 de outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 19/10/2023, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, às 10:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social da **Pantanal Energética Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.771.820/0001-75, com seu Contrato Social devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o NIRE 33210235753, ("Sociedade"), a saber: **(a) Cachoeira Escura Energética S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.590.411/0001-59 e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032326-1, em sessão de 12/04/2017, neste ato representada por seus Diretores Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o no 861.403.379-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, e Fernando Mano Da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028; e **(b) Elera Renováveis S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovavel S.A.), sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbachm, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.808.298/0001-96, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o no 861.403.379-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, e Fernando Mano Da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los a Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2022 (Anexo I); (iii) reeleger os diretores da Sociedade; (iv) fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; (v) reduzir o capital da Sociedade, nos termos do artigo 1.082 do Código Civil; e (vi) outros assuntos do interesse social. **5. Deliberações:** Os senhores quotistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade dos membros presentes: **5.1.** Após exame e discussões, aprovar integralmente, nos termos do artigo 1.078 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 e da Cláusula Oitava, inciso I do Contrato Social, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022 (Anexo II). **5.2.** Deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2022 (Anexo II), cujo montante foi de R$ **34.867.019,45**, conforme observações abaixo, destinando **R$ 1.204.776,12**, correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2022, ao pagamento do lucro remanescente. **5.2.1.** Registrar que não há lucro mínimo obrigatório a pagar, uma vez que os quotistas, em Reunião dos Sócios ocorrida em 14/02/2023, aprovaram o pagamento do montante de R$ 33.662.243,33. **5.3.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 8.215.027,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento de **8.215.027** quotas. **5.3.1.** Em virtude da deliberação 5.3 acima, o capital social da Sociedade será reduzido **de** R$ 14.369.523,00 **para** R$ 6.154.496,00; e o número de quotas será reduzido **de** 14.369.523 quotas **para** 6.154.496 quotas. **5.3.2.** Registrar que o montante declarado nos itens 5.2. e 5.3. serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Sócios	Qtde de Quotas	%	Montante a distribuir (em R$)
Cachoeira Escura Energética S.A.	14.369.520	99,9999791	12.287.753,86
Elera Renováveis S.A.	3	0,0000209	2,57
Total	14.369.523	100	**12.287.756,43**

5.3.3. Registrar que a quotista **Elera Renováveis S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos lucros que lhe cabe em favor da quotista **Cachoeira Escura Energética S.A. 5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.3 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 6.154.496,00, dividido em 6.154.496 quotas, no valor de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. Cachoeira Escura Energética S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.590.411/0001-59) possui 6.154.493 quotas, no valor total de R$ 6.154.493,00; ii. Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF sob nº 02.808.298/0001-96) possui 3 quotas, no valor total de R$ 3,00. Parágrafo único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."* **5.5.** Consignar a renúncia ao cargo de membro da Diretoria da Companhia apresentada, em 10/10/2023, pelo Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, eleito em Reunião de Sócios realizada em 13/04/2022, registrando votos de louvor e agradecimento por toda a sua dedicação e pelos relevantes serviços prestados à Sociedade. **5.6.** Para compor a Diretoria da Sociedade, **eleger** o Sr. **Marcio Varella Calux**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 91875781, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.917.327-44, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, CEP 22.775-028, para o cargo de Diretor Vice-Presidente, em substituição ao Nilton Leonardo Fernandes e **reeleger** os Srs. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o no 861.403.379-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, CEP 22.775-028, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e **Flavio Martins Ribeiro**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica. **5.6.1.** Os diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 1.062 do Código Civil e na Clausula Decima Primeira, parágrafo segundo do Contrato Social. **5.7.** Fixar em R$ 16.000,00 a remuneração global dos membros da administração da Sociedade até a realização da Reunião de Sócios que apreciará as contas relativas ao exercício social a findar-se em 31.12.2023. **5.8.** Consignar que a Sociedade é afiliada da Pérola Energética S.A. (CPNJ 09.629.945/0001-41), Tangará Energia S.A. (CNPJ 03.573.381/0001-96), TERP GLBL Brasil I Participações Ltda. (CNPJ 21.748.188/0001-20), Lethe Energia S.A. (CNPJ 25.227.949/0001-50), Duas Lagoas Energética S.A. (CNPJ 23.540.237/0001-60), Mirante Energética S.A. (CNPJ 23.541.412/0001-34), Rio Casca Energética S.A. (CNPJ 09.597.979/0001-00) e suas respectivas controladas e controladoras, sendo, portanto, todas pertencentes ao mesmo "grupo econômico" **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa; e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. Acionistas: Elera Renováveis S.A. (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva) e Cachoeira Escura Energética S.A. (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, RJ, 19/10/2023. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária.

Rio Pomba Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 08.375.696/0001-42 – NIRE em constituição

Ata de Reunião de Sócios realizada em 19 de outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 19/10/2023, na sede social da Sociedade, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 10:30 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, § 2º do Código Civil e da Cláusula Nona, § 2º do Contrato Social, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social da **Rio Pomba Energética Ltda.**, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, Rua Pasteur nº 125, sala 5, Santa Helena, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.375.696/0001-42, com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31211308647, a saber: (a) **Elera Renováveis S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável S.A.), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andar, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.808.298/0001-96, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e do CPF/MF nº 861.403.379-68, e Fernando Mano da Silva, portador da cédula de identidade nº 50759188, SSP/SP, e do CPF/MF nº 690.436.121-20; e (b) **Elera Renováveis Participações S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável Participações S.A.), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andar, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF nº 09.417.715/0001-19 e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330032293-1; neste ato representada por seus Diretores, os Srs Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e do CPF/MF nº 861.403.379-68, e Fernando Mano da Silva, portador da cédula de identidade nº 50759188, SSP/SP, e do CPF/MF nº 690.436.121-20. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los a Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a declaração e distribuição de lucros complementares à conta da Reserva Especial constituída na Reunião de Sócios ocorrida em 02/08/2023; e **(ii)** redução do capital da Sociedade, nos termos do artigo 1.082 do Código Civil. **5. Deliberações:** Os senhores quotistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade dos membros presentes: **5.1.** Aprovar o pagamento de lucros no valor de **R$ 732.992,91**, à conta da Reserva Especial constituída na Reunião de Sócios ocorrida em 02/08/2023. **5.2.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 2.525.239,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento **2.525.239** quotas. **5.3.** Em virtude da deliberação 5.2. acima, o capital social da Sociedade será reduzido **de** R$ 16.494.660,00 **para** R$ 13.969.421,00; e o número de quotas será reduzido **de** 16.494.660 quotas **para** 13.969.421 quotas no valor de R$ 1,00 cada uma. **5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.2 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: ***Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 13.969.421,00, dividido em 13.969.421 quotas, no valor de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 13.969.420 quotas, no valor total de R$ 13.969.420,00; ii. Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob nº 09.417.715/0001-19) possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00. Parágrafo único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."* **5.5.** Registrar que os valores declarados nos itens 5.1. e 5.2. serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Sócios	Qtde de Quotas	%	Valores a distribuir (em R$)
Elera Renováveis S.A.	17.664.359	99,9999943	3.258.231,72
Elera Renováveis Participações S.A.	1	0,0000057	0,19
Total	**17.664.360**	**100**	**3.258.231,91**

5.5.1. Registrar que a sócia Elera Renováveis Participações S.A. manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia Elera Renováveis S.A. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata em 1 via de igual teor e forma. Rio de Janeiro, RJ, 19/10/2023. **Isis

Acionista

TOP BUSINESS

Por Ediana Avelar

Mundo Disney no Fortnite

Em breve os fãs do Fortnite, da Epic Games, vão poder jogar em um novo universo expandido ambientado nas aventuras da Marvel, Star Wars, Pixar, Avatar e muitos outros. A gigante do entretenimento anunciou que está investindo mais de US$ 1,5 bilhão na nova parceria. O acordo permitirá aos jogadores novas experiências e a criação de conteúdos autorais a partir de franquias e personagens Disney. Há um cenário mais que promissor para o segmento. Segundo a Statista, empresa alemã especializada em dados, a expectativa é que o mercado global cresça em média 12% ao ano, movimentando US$ 242 bilhões já em 2024.

E no streaming...

Em breve o serviço de streaming por assinatura de entretenimento Star + será descontinuado e todo o seu catálogo incorporado ao da Disney +. Além dele, transmissões de jogos ao vivo e os canais ESPN, National Geographic, 20th Century Studios, FX e alguns conteúdos do Hulu estarão disponíveis somente na plataforma que leva o nome do grupo. Juntas, Disney + e Star +, têm mais de 220 milhões de assinantes no mundo todo. E, segundo comunicado da Disney, o motivo da mudança é o de oferecer uma melhor experiência aos usuários em apenas um aplicativo.

O Bard agora é Gemini

O Bard, chatbot de inteligência artificial da Google, evoluiu para o Gemini. A mudança representa um marco na evolução da IA multimodal porque é um modelo de linguagem mais avançado, gerando textos mais criativos e conversas mais personalizadas. Apesar do Google não ter divulgado ainda os dados de acessos do Gemini, é esperado que ele supere rapidamente os números do Bard, que contava no final de 2023 com mais de 100 milhões de usuários ativos.

E aí, McFishLover, já comeu o seu?

O famoso hamburguer de peixe do Méqui causou um "tsunami" nostálgico e recorde de vendas em seu relançamento pelo McDonald's no Brasil. Os números impressionam: mais de 500 mil sanduíches vendidos na pré-venda, longas filas de espera, esgotamento do produto em algumas lojas e movimentos nas redes sociais pedindo o retorno oficial do produto ao cardápio. Analistas estimam que o McDonald's já pode ter vendido mais de 10 milhões de McFish neste início de ano.

Área gourmet, o 'must have' da casa

De acordo com estudo do Quinto Andar em parceria com o Datafolha, 76% dos brasileiros gostam de receber seus amigos em casa. Segundo a pesquisa "Paixões dos Brasileiros", realizada pelo Datafolha em parceria com a Ambev em 2024, o Top 5 das paixões são Família, Amigos, Música, Futebol e Comida. E, cruzando essas informações, onde conseguimos unir todas essas paixões? Numa área gourmet. Para Sonidelani Cassiano, cofundadora da Viva Móveis.Com, a escolha do mobiliário certo para esse espaço é determinante para que o ambiente se torne agradável e aconchegante.

Quem vai gostar é a Magali

Dos quadrinhos para os brinquedos, para os cadernos escolares, para o cinema, para as séries animadas e ... para o chocolate! A Brasil Cacau acaba de anunciar a collab com a Maurício de Souza Produções com lançamento de uma linha de produtos exclusivos e divertidos com os personagens da Turma da Mônica.

EdTechs brasileiras brilham

No cenário global, 42% das EdTechs mais promissoras são brasileiras, segundo levantamento anual do HolonIQ sobre as startups de maior destaque no mundo. A Layers, uma startup de São Caetano do Sul, em São Paulo, conquistou novamente uma posição no ranking, sendo que desta vez na categoria Management Systems, ao lado de outras empresas brasileiras como a Educbank, Scaleup, Árvore, Motrix, Alura e Gomining.

A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada

(Provérbio africano)

O enredo da Portela no sambódromo levou o romance histórico "Um defeito de Cor", da escritora mineira Ana Maria Gonçalves, ao topo do ranking dos mais vendidos na Amazon, após seu desfile na Sapucaí. O crescimento da busca pelo livro teve um aumento de mais 69 % nas vendas, segundo dados do e-commerce.

Vós sois todos irmãos e irmãs

A Campanha da Fraternidade 2024, promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) tem como tema a fraternidade e a amizade Social. O objetivo desta edição e o despertar para o valor e a beleza da fraternidade humana que fortalece os vínculos para uma paz verdadeira. Para o Papa Francisco, a amizade social "é um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço". Com 60 anos de existência a CF se tornou um importante instrumento de mobilização social no Brasil.

ÁGUA

Governo de SP anuncia consulta pública para privatização da Sabesp

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, anunciou ontem a abertura de consulta pública de mais uma etapa para a privatização da Companhia Paulista de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

A consulta debaterá os contratos e os 375 anexos técnicos – um para cada município paulista atendido pela Sabesp – que tratam da nova regulação tarifária da companhia, caso a empresa seja privatizada. Também irá abordar o plano de investimentos, prazo para a universalização do saneamento básico, a modernização das redes de abastecimento e tratamento de esgoto.

Serão oito audiências públicas, uma virtual (14 de março) e sete presenciais nos municípios de São Paulo (23 de fevereiro), Santos (26 de fevereiro), São José dos Campos (27 de fevereiro), Registro (29 de fevereiro), Franca (5 de março), Presidente Prudente (7 de março) e Lins (9 de março). Pessoas físicas ou jurídicas também terão até 15 de março para o envio de sugestões pela internet.

A consulta também vai abarcar os indicadores de cobertura e de prestação dos serviços com metas a serem seguidas pela Sabesp, as penalidades na tarifa por descumprimento contratual, os valores tarifários e os repasses aos fundos municipais em caso de privatização.

O governo do estado prevê investimentos de R$ 68 bilhões até 2029 e de R$ 260 bilhões até 2060. "O atual modelo incorpora na tarifa os investimentos que deverão ser feitos no próximo ciclo tarifário, ou seja, a empresa é remunerada antes de prover a infraestrutura necessária. Na prática, esse mecanismo diminui o alinhamento de incentivos para a melhor prestação dos serviços. Estamos invertendo a lógica e propondo que a empresa só tenha o valor dos investimentos incorporado na tarifa após realizá-los. Além disso, caso não os faça, será penalizada com abatimento na tarifa", explica a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

Atualmente, metade das ações da empresa está sob controle privado, sendo que parte é negociada na B3 (bolsa de valores brasileira) e parte na Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos. O governo de São Paulo é o acionista majoritário, com 50,3% do controle da empresa. O projeto de privatização prevê a venda da maior parte dessas ações, mas com o governo mantendo poder de veto em algumas decisões.

Segundo o governo estadual, passar a empresa para a iniciativa privada vai trazer mais recursos para o setor, permitindo a antecipação das metas de universalização da oferta de água e esgoto. O texto de justificativa do projeto de lei diz ainda que a venda da companhia proporcionará redução das tarifas. A proposta sob apreciação dos deputados estaduais prevê que 30% do arrecadado com a operação seja revertido como investimentos em saneamento.

CUSTOS

O modelo de privatização, com investimento para compra das ações pelos novos controladores, dificilmente vai levar à redução dos valores cobrados pela empresa pelos serviços, afirma o professor André Lucirton Costa, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, ouvido pela Agência Brasil em dezembro.

"A tarifa, agora, vai ter um item a mais (na composição), que é o pagamento do preço [de compra] da Sabesp. Além de ter [os custos] de operação, tem o custo também do retorno do investimento", destacou.

De acordo com o especialista, o bom desempenho da Sabesp ao longo dos últimos anos faz com que a venda da companhia tenha pouco sentido. Em 2022, a empresa registrou lucro de R$ 3,1 bilhões. Desse montante, 25% foram revertidos como dividendos aos acionistas, R$ 741,3 milhões e R$ 5,4 bilhões, destinados a investimentos.

Atendendo 375 municípios com 28 milhões de clientes, o valor de mercado da empresa chegou a R$ 39,1 bilhões em 2022.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 23 de fevereiro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre a aprovação **(i)** do aumento de capital da Sociedade no valor de R$ 105.682.930,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta reais), com emissão de 105.682.930 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada; o referido aumento de capital é necessário para as operações da Sociedade; **(ii)** eleger o sr. Harinath Viswanathan, indiano, gerente geral, casado, portador do passaporte nº P7470636, residente em Viswam, Pulickal Lane, Poonithura Po, Ernakulam, 682038, India, sendo que sua posse está condicionada à obtenção de um visto de trabalho válido no Brasil; e **(iii)** aprovar a respectiva alteração de contrato social da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2024. **Renata Lima de Oliveira -** Diretora Geral.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME: 24.176.892/0001-44 - NIRE: 33.3.0031913-1
Ata de Reunião do Conselho de Administração: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 01/01/24 às 11:30 horas, na sede social da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 – sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP: 20030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência. **3. MESA**: Presidente – Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário – Leandro da Silva Reis. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre (i) a renúncia do Sr. Murilo Magalhães Nogueira ao cargo de Diretor Técnico da Companhia; e (ii) a eleição do Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, para o cargo de Diretor Técnico da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: Na forma do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o Conselho de Administração: **(i)** aceitou a renúncia apresentada pelo Sr. Murilo Magalhães Nogueira ao cargo de Diretor Técnico da Companhia, conforme respectivo Termo de Renúncia (Anexo I); e **(ii)** aprovou a eleição e posse do Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade n.º M- 7408238, expedida por SSP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.448.056-50, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, CEP: 20.030-021, ao cargo de Diretor com designação específica de Diretor Técnico da Companhia, com mandato unificado com o Diretor Administrativo e Financeiro, ou seja, até o dia 16/11/24, conforme respectivo Termo de Posse (Anexo II). Fica a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente nos órgãos próprios. **6. ESCLARECIMENTOS**: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária. Certificamos que a presente é cópia fiel e confere com a via original lavrada em livro próprio. **7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 01/01/24. **MESA**: Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário.** Jucerja nº 6058617 em 29/01/2024.

LESTE & SUDESTE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
CNPJ nº 03.358.040/0001-06 - NIRE 33.2.0634434-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS

Ficam convocados os senhores quotistas da **LESTE & SUDESTE SERVIÇOS GERAIS LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Contrato Social e da Instrução Normativa DREI no 81, de 10/06/2020, a se reunirem em Reunião de Sócios Quotistas, sob a forma exclusivamente digital, a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, às 15h, por meio da plataforma digital **TEAMS**, **ID:** 236 339 732 948, **Senha:** pnEcpM, **LINK:** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDE2NTllYjItOGQ1NC00MDEwLTkzYWMtMWZmNjZmNjg2OTEz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208b61ac6-2f4d-4420-84b1-2f9d359fefbd%22%2c%22Oid%22%3a%2208d15f4c-7519-43e2-b9a3-8b0d8de7284d%22%7d ("Plataforma Digital" e "Reunião", respectivamente), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes na ordem do dia ("Ordem do Dia"): (1) aprovar a inclusão das seguintes atividades ao objeto social da Sociedade: (a) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (b) manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes; (c) obras portuárias, marítimas e fluviais; (d) transporte marítimo de cabotagem – passageiros; (e) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; e (f) navegação de apoio marítimo; e (2) Caso aprovada, no todo ou em parte, a inclusão das atividades listadas no item (1) da ordem do dia ao objeto social da Sociedade, aprovar a celebração da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade para (a) alteração da Cláusula 3ª do Contrato Social refletindo a inclusão de atividades conforme aprovadas, e (b) consolidação do Contrato Social da Sociedade. **Informações Gerais**: (1) Documentos à disposição dos quotistas: A proposta de redação da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade foi disponibilizada aos quotistas da Sociedade, nesta data, por correio eletrônico (e-mail). (2) Participação na Reunião: A Reunião será realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do quotista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos da legislação. Além disso, os quotistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância (mediante o qual deverá informar se aprova, rejeita ou abstém-se de votar a ordem do dia, podendo o boletim ser acompanhado de justificativa, manifestação ou documentos que o quotista julgue necessário apresentar). O modelo de boletim de voto à distância foi disponibilizado aos quotistas da Sociedade, nesta data, por correio eletrônico (e-mail). Para comprovar a identidade dos quotistas, será exigido o envio dos seguintes documentos com, no mínimo, trinta minutos de antecedência ao horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ao e-mail eduardo@lestesudeste.com.br, com cópia para renata@terrinha.adv.br, com solicitação de confirmação de recebimento: documento de identidade com foto do quotista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital dos quotistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. O boletim de voto a distância Companhia (caso o voto seja exercido desta forma) também deverá ser enviado com, no mínimo, trinta minutos de antecedência ao horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ao e-mail eduardo@lestesudeste.com.br, com cópia para renata@terrinha.adv.br, com solicitação de confirmação de recebimento. Rio de Janeiro, 07/02/2024. **Leste e Sudeste Serviços Gerais Ltda. -** Eduardo Reich.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21)
99122-4278

Newe seguros

Newe Seguros S.A.

CNPJ nº 26.609.195/0001-65

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/23, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores, e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Autorizada a operar no mercado brasileiro de seguros, a NEWE foi concedida no dia 16/01/2017, O patrimônio líquido em 31/12/23 da NEWE é de 69,1 milhões. Como evento subsequente, ocorreu o aumento de capital social de R$ 8,7 milhões para o saldo de R$ 78,8 milhões em 3/01/2024. *Prêmios emitidos:* Os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/23 R$ 101,5 milhões, com redução de R$ 121,3 milhões ou 54% em relação ao exercício de 2022. No Agro os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/23 o saldo de R$58 milhões (R$172,6 milhões em 31/12/22), a redução foi influenciada por diversos fatores, entre eles, queda dos preços da comodities, aumento da capacidade financeira dos produtores em três excelentes safras (perda da percepção de risco), perda de "apelo do produto" dado o ajuste em gatilhos/cobertura e taxas após a catástrofe de 2021 e "stress" na relação comercial com alguns canais de distribuição como consequência das negativas de sinistros na Safra de Verão 2021/2022. Em Riscos Financeiros os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/23 o saldo de R$40 milhões (R$46,7 milhões em 31/12/22), a redução ocorreu essencialmente na taxa do prêmio, que caiu aproximadamente pela metade. *Sinistralidade:* Em 31/12/23, a sinistralidade média apresentou índice de 117,83%, uma redução de 91,49% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. *Despesas administrativas:* Em 31/12/23, as despesas administrativas totalizaram R$31,0 milhões, em 2022 o saldo foi de R$ 33,9 milhões, apresentando uma redução de R$ 2,8 milhões (8,36%). *Resultado financeiro:* O resultado financeiro totalizou em 31/12/23 R$7,3 milhões, redução de R$ 1,8 milhões ou 19,83% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. A taxa SELIC ao longo de 2023, apresentou uma pequena redução (13,75% a.a. para 11,75% a.a.) contribuindo para redução do resultado financeiro. A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional. *Resultado do Exercício:* Em 31/12/23, a empresa totalizou um prejuízo de R$ 7,5 milhões, aumento de R$ 6,3 milhões, ou seja, aumento de 539,9% em relação ao ano anterior. O prejuízo no exercício é reflexo da baixa emissão e a alta sinistralidade e despesas administrativas apresentadas no exercício. *Declaração de capacidade financeira:* Em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Newe declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R$ 74,6 milhões. A Seguradora, em 31/12/23 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R$ 30,8 milhões. A administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Seguradora e reforça o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. A NEWE Seguros S.A. agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, a Seguradora agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Seguradora. Rio de Janeiro, 15/02/2024.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31/12/23 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante		284.559	206.763
Disponível		1.482	1.577
Caixa e bancos	5	1.454	1.504
Equivalentes de caixa	5	28	73
Aplicações	6	74.610	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros		55.492	56.146
Prêmios a Receber	7.1	24.229	25.067
Operações com resseguradoras	7.2	30.686	30.568
Operações com seguradoras		64	-
Outros Créditos Operacionais		513	511
Títulos e créditos a receber		6.194	2.663
Créditos tributários e previdenciários	8.1	126	2.360
Ressarcimentos a Receber	8.3	5.936	-
Outros créditos		132	303
Despesas antecipadas		537	151
Custos de aquisição diferidos	9	10.157	9.788
Seguros		10.157	9.788
Ativos de contratos de resseguro	14.1	136.087	77.496
Ativo não circulante		57.153	50.149
Realizável a longo prazo		52.249	45.134
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.890	9.152
Prêmios a Receber	7.1	6.890	9.152
Ativos de contratos de resseguro	14.1	17.963	16.253
Títulos e créditos a receber		18.313	12.837
Créditos tributários e previdenciários	8.1	18.104	12.531
Outros créditos operacionais		209	194
Depósitos Judiciais e Fiscais		-	112
Custos de aquisição diferidos	9	9.083	6.892
Seguros		9.083	6.892
Imobilizado	10	663	613
Bens móveis		546	539
Outras imobilizações		117	74
Intangível	11	4.242	4.402
Total do ativo		**341.712**	**256.912**

Passivo	Nota		
Circulante		237.433	160.300
Contas a pagar		2.181	3.940
Obrigações a pagar	12.1	523	2.124
Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	839	709
Encargos trabalhistas	12.3	738	981
Impostos e contribuições	12.4	72	0
Outras contas a pagar		9	126
Débitos de operações de seguros e resseguros		62.190	50.568
Prêmios a restituir	13.3	1.555	2.135
Operações com Seguradoras		32	-
Operações com resseguradoras	13.1	52.720	41.500
Corretores de seguros e resseguros	13.2	7.883	6.933
Depósitos de terceiros	15	424	167
Provisões técnicas	14.2	172.638	105.625
Danos		172.638	105.625
Passivo não circulante		35.473	28.974
Provisões técnicas	14.2	35.473	28.974
Danos		35.473	28.974
Patrimônio líquido		68.806	67.638
Capital social	18	70.149	59.700
Aumento de capital		8.700	10.449
Reserva Legal		-	11.151
Prejuízos acumulados		(10.043)	(13.662)
Total do passivo e patrimônio líquido		**341.712**	**256.912**

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)*

	Nota	31/12/23	31/12/22
Prêmios emitidos líquidos	20	101.531	222.832
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	(1.383)	43.008
Prêmios ganhos	20	100.148	265.840
Sinistros ocorridos	21.1	(118.005)	(556.459)
Custos de aquisição	21.2	(14.398)	(37.866)
Outras receitas e despesas operacionais		(775)	(999)
Resultado com resseguro	21.3	47.299	355.416
Receita com resseguro		114.581	513.072
Despesa com resseguro		(54.847)	(157.772)
Outros resultados com resseguros		(12.435)	116
Despesas administrativas	21.4	(31.093)	(33.929)
Despesas com tributos	21.5	(2.828)	(3.880)
Resultado financeiro	21.6	7.282	9.204
Receitas financeiras	21.6	21.325	6.527
Despesas financeiras	21.6	(14.043)	2.677
Resultado operacional		**(12.370)**	**(2.671)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**-**	**(4)**
Resultado antes dos impostos e participações		(12.370)	(2.671)
Imposto de renda corrente	22	2.999	942
Contribuição social corrente	22	1.839	556
Participações sobre o lucro			
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		**(7.532)**	**(1.177)**
Quantidade de ações		107.451.562	77.212.205
Lucro/Prejuízo líquido por ação (em R$)		(0,07)	(0,02)

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/23	31/12/22
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(7.532)	(1.177)
Total do resultado abrangente do exercício	(7.532)	(1.177)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social subscrito	Aumento de capital em aprovação	Reserva de Capital	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/21	18	59.700	-	-	(12.485)	47.215
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		-	-	-	(1.177)	(1.177)
Aumento de Capital - AGE de 15/12/22		-	10.449	11.151		21.600
Saldos em 31/12/22	18	59.700	10.449	11.151	(13.662)	67.638
Aprovação de Capital - Portaria Susep 8.160/23		10.449	(10.449)	-	-	-
Aumento de Capital - AGE de 18/07/23		-	8.700	-	-	8.700
Reserva de Capital		-	-	(11.151)	11.151	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		-	-	-	(7.532)	(7.532)
Saldos em 31/12/23	18	70.149	8.700	-	(10.043)	68.806

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Atividades operacionais	Nota	31/12/23	31/12/22
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(7.532)	(1.177)
Ajustes para:		**2.224**	**(9.854)**
Depreciação e amortização	10 e 11	1.612	1.322
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	7.3	(523)	(1.595)
Provisões técnicas–IBNR	14.2	5.412	(64.341)
Ativos Resseguro–IBNR	14.1	(4.277)	54.760
Variação das contas patrimoniais:		**(1.985)**	**(15.192)**
Ativos financeiros	6.1	(15.668)	91.308
Créditos das operações	7.1	3.440	(5.444)
Ativos de resseguro	14.1	(56.024)	135.961
Créditos tributários e previdenciários	8.1	(3.338)	602
Outros ativos		(6.054)	(160)
Custo de aquisição diferido	9.1	(2.560)	6.121
Fornecedores e outras contas a pagar	12.1	(1.718)	1.463
Impostos e contribuições	12.4	(42)	(171)
Débitos das operações	13	11.623	(68.207)
Provisões técnicas–seguros	14.2	68.099	(174.506)
Depósitos de Terceiros	15	257	(2.160)
Caixa (Consumidos)/gerado pelas operações		**239**	**(25.046)**
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(232)	(33)
Aquisição de intangível	11	(1.270)	(2.164)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(1.502)**	**(2.197)**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	18	8.700	10.449
Reserva de capital		-	11.151
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**8.700**	**21.600**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	(95)	(6.820)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.577	8.398
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.482	1.577

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional: A NEWE Seguros S.A. (doravante denominada por "NEWE" ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806–parte, Centro, Rio de Janeiro–RJ. Seu controle acionário, em 31/12/23, pertence a CBM Participações S.A., com 100,00% de participação societária nas ações ordinárias. Em 16/01/2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12/01/2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Em 29/06/2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte de R$10,4 milhões e reserva de ágio de R$11,2 milhões da entrada do novo acionista, o fundo de investimento Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV RAIF (doravante denominada por "Insuresilience Investment") ocorrido no dia 15/12/2022. Em 29/06/2023 foi aprovado ainda a capitalização da Seguradora mediante subscrição particular convertendo todas as ações dos sócios para a CBM participações S.A, passando a possuir 100% da participação da Newe. Em 18 de julho ocorreu um novo aporte no valor de R$ 8,7 milhões de aumento de capital, a qual foi homologado pela SUSEP em 3/01/2024. A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das operações de seguros em todos os ramos autorizados e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação/apresentação:** Em consonância à Circular SUSEP n° 648 e as alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi aprovada pela diretoria em 15/02/2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora e de apresentação da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Seguradora utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. Nota explicativa 6 – Instrumentos Financeiros. Nota explicativa 8.1 – Realização dos Créditos tributários. Nota explicativa 11– Intangível Nota explicativa 14–Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados – IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não suficientemente avisados – IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial – PSL Judicial e o Teste de Adequação de Passivos – TAP. Nota explicativa 16 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalente de caixa:** A Seguradora considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Seguradora pode classificar seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Seguradora para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. ***3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. ***3.2.2 Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidas dos respectivos efeitos tributários e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. ***3.2.3 Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***3.2.4 Determinação do valor justo:*** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. A Seguradora não opera diretamente em derivativos, exceto através de seus fundos de investimentos com o objetivo de proteção à exposição da carteira (hedge), se necessário. **3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*): *Ativos financeiros não-derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: Inadimplência ou atrasos do devedor; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **3.4 Operações de seguros e resseguros:** Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável – RVR: Agro: De acordo com o estudo interno, a Seguradora constitui como redução ao valor recuperável, 100% dos prêmios a receber dos contratos cujas safra já tenham ocorrido, considerando o exercício de vigência do risco e a regulação de sinistros. Riscos Financeiros e Responsabilidades: De acordo com o estudo interno, a Seguradora concluiu que não possui base significativa para avaliar a inadimplência. Com isso, a NEWE seguirá as orientações do Art. 139 da Circular SUSEP 678 de 10/10/2022, efetuando a redução ao valor recuperável das parcelas vencidas há mais de 60 (sessenta) dias. Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Seguradora considera os últimos 5 anos de operação, entendemos que não há necessidade de constituição de valor recuperável (com exceção dos saldos em aberto sem as devidas justificativas serão considerados como redutores de valor recuperável na rubrica contábil Sinistros Pagos e não Recuperados do Ressegurador) vez que o estudo demonstrou que a seguradora vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado. ***Ativos não financeiros:*** Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Seguradora não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.5 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo exercício de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais "risk attaching" firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Riscos Financeiros, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foram aceitos pela NEWE; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.6 Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados–SUSEP: **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**–é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro-rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE)**–é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de 3 anos por meio de triângulo de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**–é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. **Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud)** – é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR e IBNER)**–são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e a provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da seguradora e no agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**–é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionados aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo. **3.7 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10/10/2022, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31/12/23, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Seguradora e estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Seguradora não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 48,60% para a Seguradora. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação conduzido pela Seguradora, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31/12/23. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura–PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos–PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir. **3.8 Imobilizado:** O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **3.9 Ativo intangível:** O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou exercício de uso da licença quando definido pelo fornecedor. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 28/04/2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória – MP nº 1.115/2022, convertida em lei, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das seguradores, para o exercício compreendido entre 01/08/2022 a 31/12/22. O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Seguradora sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o exercício de 5 anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios. A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. **3.11 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.12 Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R$ 70.149 (R$ 59.700 em 31/12/22) e está representado por 107.451.562 ações nominativas sem valor nominal (77.212.205 ações em 31/12/22), sendo todas ordinárias. Em 29/06/2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte de R$10,4 milhões e reserva de ágio de R$11,2 milhões da entrada do novo acionista, o fundo de investimento Insuresilience Investment ocorrido no dia 15/12/2022. Ainda nesta data, foi aprovado a capitalização da Seguradora mediante subscrição particular convertendo todas as ações dos sócios para a CBM participações S.A, passando a possuir 100% da participação da Newe. Em 18/07/2023, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R$ 8,7 milhões, com emissão de 12.577.770 novas ações, homologado pela SUSEP em 3/01/2024. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia. **3.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A Seguradora pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. **3.14 Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. **3.15 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados

Newe seguros

Newe Seguros S.A.

CNPJ nº 26.609.195/0001-65

negociação. Isso significa que o custo não é mais uma base de mensuração aceitável. A SUSEP, através do artigo 138 da Circular 678 de 10/10/2022 trouxe, entre outros, aspectos a serem observados sobre a classificação de ativos financeiros, perdas esperadas, entre outros. A referida norma entrou em vigor em 2023 e para determinados requerimentos, em 2024. No entanto, os ativos da Seguradora não se enquadram na classificação (VJORA), mas sim em VJR, com isso a Newe está aderente ao CPC 48 e não teve impacto com a atualização da norma. **4 Estrutura de gestão de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos define a metodologia aplicada, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões gerenciais e estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado. A NEWE, considerando seu enquadramento no segmento S3, optou pela junção das unidades de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, constituindo a Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos. O propósito da Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos ("Unidade") é monitorar e suportar continuamente as atividades destinadas à garantia da conformidade, gestão de riscos e sistema de controle interno da Seguradora, com análise crítica e melhoria contínua da gestão, observando a Resolução CNSP nº 416/2021. A NEWE elaborou estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, levando em consideração o porte, a natureza e a complexidade de operações. Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos. A Seguradora está em adequação para completa aderência à Circular Susep nº 666/2022. **4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos:** A meta da Unidade é mitigar os riscos próprios da atividade e, com isso, criar valor e contribuir para que a empresa alcance seus objetivos. A estratégia (nossa atitude perante o risco) e o apetite de risco (quanto risco estamos preparados para aceitar) definem como será cumprido o objetivo. Ciclo do gerenciamento de risco: O gerenciamento de risco deve ser realizado de forma cíclica, favorecendo assim a identificação, classificação, mitigação e relato. Deve seguir as seguintes etapas: • Levantamento dos Riscos: Os riscos são levantados em conjunto com os gestores dos processos mapeados, tendo como base o planejamento estratégico da Seguradora. • Avaliação de Riscos: A avaliação é realizada com o apoio do gestor que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize. • Resposta aos Riscos (Planos de ação): Mensurados os riscos e estabelecidas as exposições que extrapolem o perfil de risco desejado, os planos de ação são adotados visando reduzir o risco ao nível aceitável. As ações planejadas priorizam as causas identificadas como grandes potencializadoras do risco. • Comunicação do Gerenciamento de Riscos: A comunicação de riscos deverá ser implementada em todas as etapas do processo de gestão de riscos. A comunicação atinge todas as partes interessadas, sendo realizada de forma clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança. ***4.1.1 Risco de subscrição:*** Define-se o risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da NEWE, direta ou indiretamente, em relação às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. O objetivo da Seguradora é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. Sua estratégia é subscrever um amplo portfólio de riscos com preferências para produtos de nicho e especializados. **4.2 Risco operacional:** Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A NEWE concentra no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um ou mais processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos.

4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/23	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(11.800)	(342)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	11.800	342
Corretagem	Aumento de 10%	(1.440)	(1.474)
Corretagem	Diminuição de 10%	1.440	1.474

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/22	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(55.646)	(4.339)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	55.646	4.339
Corretagem	Aumento de 10%	(3.787)	(3.432)
Corretagem	Diminuição de 10%	3.787	3.432

4.2.2 Concentração de risco por região de atuação: As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Prêmio Emitido (*) 31/12/23

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	17.528	30%	1.159	3%	20	1%	18.707	19%
Nordeste	3.136	5%	2.504	7%	54	2%	5.694	6%
Norte	1	0%	1.256	3%	-	0%	1.257	1%
Sudeste	7.850	14%	27.957	75%	3.173	95%	38.980	39%
Sul	29.478	51%	4.556	12%	109	3%	34.143	35%
	57.993	**100%**	**37.432**	**100%**	**3.356**	**100%**	**98.781**	**100%**

Prêmio Líquido de Resseguro (*) 31/12/23

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	5.849	31%	93	3%	5	1%	5.947	26%
Nordeste	1.035	5%	173	6%	25	3%	1.233	5%
Norte	32	0%	66	2%	-	0%	98	0%
Sudeste	2.031	11%	2.394	78%	897	94%	5.322	23%
Sul	9.916	53%	359	12%	29	3%	10.304	45%
	18.863	**100%**	**3.085**	**100%**	**956**	**100%**	**22.904**	**100%**

Prêmio Emitido (*) 31/12/22

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	43.189	25%	806	2%	38	1%	44.032	20%
Nordeste	3.548	2%	1.086	2%	44	1%	4.678	2%
Norte	1.598	1%	862	2%	3.485	94%	5.946	3%
Sudeste	11.538	7%	40.712	87%	132	4%	52.381	23%
Sul	112.995	65%	3.225	7%	-	0%	116.220	52%
	172.867	**100%**	**46.691**	**100%**	**3.699**	**100%**	**223.256**	**100%**

Prêmio Líquido de Resseguro (*) 31/12/22

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	6.478	25%	64	2%	10	1%	6.552	22%
Nordeste	532	2%	75	2%	11	1%	618	2%
Norte	240	1%	51	2%	888	94%	1.179	4%
Sudeste	1.731	7%	2.897	86%	35	4%	4.663	15%
Sul	16.935	65%	264	8%	-	0%	17.199	57%
	25.916	**100%**	**3.351**	**100%**	**944**	**100%**	**30.211**	**100%**

(*) Não foi considerado o montante de R$ 2.750 ((R$ 424) em 31/12/22) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos.

4.3 Risco de liquidez: Define-se o risco de liquidez como o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender aos passivos em seu vencimento. Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31/12/23:

	0–1 ano	1–5 anos	Total
Caixa. bancos e equivalentes de caixa [1]	1.482	-	1.482
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado [1]	74.610	-	74.610
Créditos das operações com seguros e resseguros [2]	55.492	6.890	62.382
Ativos de contratos de resseguro [3]	136.087	17.963	154.050
Total de ativos financeiros	267.671	24.853	292.524
Contas a pagar	2.181	-	2.181
Débitos de operações com seguros e resseguros [2]	62.190	-	62.190
Provisões técnicas [3]	172.638	35.473	208.111
Total de passivos financeiros	237.009	35.473	272.482

(1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento; (2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição; (3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2022:

	0–1 ano	1–5 anos	Total
Caixa. bancos e equivalentes de caixa [1]	1.577	-	1.577
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado [1]	58.942	-	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros [2]	56.146	9.152	65.298
Ativos de contratos de resseguro [3]	77.496	16.253	93.749
Total de ativos financeiros	194.161	25.405	219.566
Contas a pagar	3.940	-	3.940
Débitos de operações com seguros e resseguros [2]	50.568	-	50.568
Provisões técnicas [3]	105.625	28.974	134.599
Total de passivos financeiros	160.133	28.974	189.107

(1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento; (2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição; (3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro.

4.4 Risco de mercado: Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da NEWE. As premissas básicas de investimento são definidas na Política de Investimento da NEWE. **4.5 Risco de Crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

31/12/23

	S&P					AM Best					Moody's	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e categoria contábil	**A+**	**AA-**	**A-**	**A**	**AA**	**A++**	**A+**	**A**	**A-**	**B++**	**AAA**		
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482	-	**1.482**
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.610	-	**74.610**
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.119	**31.119**
Operações com resseguradoras (a)	12.743	136	631	819	11	12	7.802	3.840	30	307	-	4.355	**30.686**
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	38.013	406	1.883	2.442	31	35	23.275	11.455	88	916	-	12.993	**91.537**
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.614	**14.614**
Exposição máxima ao risco de crédito	**50.756**	**542**	**2.514**	**3.261**	**42**	**47**	**31.077**	**15.295**	**118**	**1.223**	**76.092**	**63.081**	**244.048**

31/12/22

	S&P			AM Best				Fitch			Moody's	Sem rating	Saldo contábil
Composição da carteira por classe e categoria contábil	**A-**	**A+**	**AA**	**A++**	**A+**	**A**	**B++**	**A-**	**BBB+**	**AA-**	**Aa3**		
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.577	-	**1.577**
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.942	-	**58.942**
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.219	**34.219**
Operações com resseguradoras (a)	113	14.043	10	7	44	7.357	479	18	2.411	1.406	-	4.680	**30.568**
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	122	15.063	11	8	48	7.891	514	19	2.586	1.508	-	5.020	**32.788**
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.081	**10.081**
Exposição máxima ao risco de crédito	**235**	**29.105**	**21**	**15**	**92**	**15.248**	**993**	**37**	**4.996**	**2.914**	**60.519**	**53.999**	**168.174**

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que a Seguradora não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteia do fundo de investimento, desta forma, a Seguradora indicou o rating da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos. (a) Demonstramos abaixo a abertura da exposição ao risco de crédito por tipo de ressegurador:

	31/12/23				31/12/22			
	Percentual cedido	Sinistros pagos e não recuperados	Sinistros Resseguro PSL	Exposição máxima ao risco de crédito	Percentual cedido	Sinistros pagos e não recuperados	Sinistros Resseguro PSL	Exposição máxima ao risco de crédito
Resseguradora Local	14%	4.355	12.991	17.346	11%	3.326	3.567	6.893
Resseguradora Admitida	27%	8.219	24.517	32.736	37%	11.230	12.046	23.276
Resseguradora Eventual	59%	18.112	54.029	72.141	52%	16.012	17.175	33.187
	100%	**30.686**	**91.537**	**122.223**	**100%**	**30.568**	**32.788**	**63.356**

4.6 Risco cambial: Define-se o risco cambial como o que afeta operações com mercado internacional, de natureza comercial, operacional, cambial e regulatória. As operações da NEWE são todas em moeda corrente nacional (BRL), apesar de possuir operações com resseguradores fora do Brasil. O risco cambial é considerado mínimo, pois se refere apenas ao tempo de envio da remessa e à conversão em moeda corrente nacional (BRL), que tem um tempo médio para envio e conversão de 5 dias. E, os contratos de resseguros possuem dispositivos legais que permite a Seguradora a recuperação da variação cambial caso ela ocorra.

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa	31/12/23	31/12/22
Caixa e Contas bancárias	1.454	1.504
Equivalentes de caixa	28	73
	1.482	1.577

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em fundos de investimento automático com liquidez diária.

6 Aplicações financeiras: 6.1 Composição das aplicações financeiras

Exercício findo em 31/12/23	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	12.659	12.659	16,97%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	10.369	10.369	13,90%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	51.582	51.582	69,14%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	74.610	74.610	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	74.610	74.610	100%	
Total classificado no ativo circulante	74.610	74.610	100%	

Exercício 31/12/22	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	11.864	11.864	20,15%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	9.265	9.265	15,73%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	37.813	37.813	64,12%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	58.942	58.942	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	58.942	58.942	100%	
Total classificado no ativo circulante	58.942	58.942	100%	

(*) Saldo composto por investimentos cotas de fundos de investimento de renda fixa custodiados pelo Banco Itaú que aplicam exclusivamente em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos vinculados à cobertura de provisões técnicas.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras	Cotas
Saldo em 31/12/2021	150.250
Aplicações	426.221
Resgates	(527.901)
Rendimentos	10.372
Saldo em 31/12/22	58.942
Aplicações	66.400
Resgates	(58.466)
Rendimentos	7.734
Saldo em 31/12/23	74.610

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros: De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: **Nível 1**–Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível 2**–Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e **Nível 3**–Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Seguradora mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	31/12/23 Nível 1	31/12/22 Nível 1
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	74.610	58.942
Total Circulante	74.610	58.942

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31/12/23 e 2022.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros: Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras. **7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo**

Grupo de ramo	31/12/23 Total de prêmios a receber	31/12/22 Total de prêmios a receber
Rural	4.595	7.017
Riscos Financeiros	20.695	18.206
Responsabilidades	699	1.044
RVNE	2.312	2.350
RVR–Prêmios a receber	(4.073)	(3.550)
Total circulante	24.229	25.067
Circulante	24.229	25.067
Riscos Financeiros	6.890	9.152
Total não circulante	6.890	9.152
Não Circulante	6.890	9.152
Total	**31.119**	**34.219**

7.1.1 Média de parcelamento dos prêmios a receber por ramo

Ramo	Quantidade de parcelas	31/12/23	31/12/22
Rural	1 a 5	99,8%	99,6%
	6 a 11	0,2%	0,4%
	12	-	-
Garantia	1 a 5	93,6%	98,2%
	6 a 11	4,8%	1,4%
	12	1,7%	0,5%
Responsabilidades	1 a 5	95,8%	100,0%
	6 a 11	4,2%	-
	12	-	-

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar, prêmios e comissões a restituir de resseguradoras:

a. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

31/12/23	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	4.803	16.964	6.230	27.997
Total	**4.803**	**16.964**	**6.230**	**27.997**
Circulante	**4.803**	**16.964**	**6.230**	**27.997**

31/12/22	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	2.849	8.925	15.129	26.903
Total	**2.849**	**8.925**	**15.129**	**26.903**
Circulante	**2.849**	**8.925**	**15.129**	**26.903**

b. Composição de prêmios e comissões a restituir de resseguradoras

31/12/23	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	7	1.020	1.661	2.689
Total	**7**	**1.020**	**1.661**	**2.689**
Circulante	**7**	**1.020**	**1.661**	**2.689**
Total Geral (a+b)	**4.810**	**17.984**	**7.891**	**30.686**

31/12/22	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	512	743	2.409	3.665
Total	**512**	**743**	**2.409**	**3.665**
Circulante	**512**	**743**	**2.409**	**3.665**
Total Geral (a+b)	**3.361**	**9.668**	**17.538**	**30.568**

7.3 Movimentação de prêmios a receber	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2021	13.361
Emissões	276.806
Cancelamentos	(24.394)
Restituídos	(28.666)
RVNE	(577)
Recebimentos	(200.716)
Redução ao Valor Recuperável	(1.595)
Saldo em 31/12/22	**34.219**
Emissões	140.135
Cancelamentos	(20.100)
Restituídos	(18.860)
RVNE	(38)
Recebimentos	(103.714)
Redução ao Valor Recuperável	(523)
Saldo em 31/12/23	**31.119**

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

(a) Prêmios a receber	31/12/23	31/12/22
Sem vencimento (*)	2.312	2.350
A vencer até 30 dias	8.290	7.667
A vencer de 31 a 60 dias	2.004	2.360
A vencer de 61 a 120 dias	3.325	4.060
A vencer de 121 a 180 dias	2.762	2.082
A vencer de 181 a 365 dias	3.588	4.099
A vencer acima de 365 dias	6.890	9.152
	26.861	29.420
Vencidos até 30 dias	1.021	964
Vencidos de 31 a 60 dias	736	887
Vencidos de 61 a 120 dias	409	647
Vencidos de 121 a 180 dias	220	1.066
Vencidos de 181 a 365 dias	193	535
Vencidos acima de 365 dias	3.440	1.900
	6.020	5.999
Prêmios a receber	35.192	37.769
Redução ao Valor Recuperável	(4.073)	(3.550)
Saldo	**31.119**	**34.219**

(*) Saldo referente a RVNE.

(b) Sinistros a Recuperar do Ressegurador	31/12/23	31/12/22
Reconhecidos em até 30 dias	2.852	5.149
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	3.184	4.030
Reconhecidos entre 61 a 120 dias [a]	13.826	9.009
Reconhecidos entre 121 a 180 dias [a]	3.838	6.320
Reconhecidos entre 181 a 365 dias [a]	3.864	2.362
Reconhecidos acima de 365 dias [a]	433	33
	27.997	**26.903**
Redução ao Valor Recuperável	-	-
Saldo	**27.997**	**26.903**

(a) Os sinistros a recuperar do ressegurador reconhecidos a mais de 60 dias possui uma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado.

8 Títulos e créditos a receber: 8.1 Créditos tributários e previdenciários

Composição dos impostos a compensar e créditos tributários

Circulante	31/12/23	31/12/22
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	1	2.289
Contribuição Social a compensar	0	11
Antecipação de Imposto de Renda	77	30
Antecipação de Contribuição Social	47	30
Outros Créditos da Previdência Social	1	
Total Circulante	**126**	**2.360**
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	10.710	7.498
Diferenças Temporais	31	177
Contribuição social diferida sobre:		
Bases Negativas (a)	6.426	4.499
Diferenças Temporais	18	106
Cofins Diferido	791	216
PIS diferido	128	35
Total Não Circulante	**18.104**	**12.531**
	18.230	**14.892**

(a) A Seguradora possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas em 2023 no montante de R$(17.136). O estudo realizado pela Seguradora demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação em consonância com Circular SUSEP 678/22. No quadro abaixo, destaca-se que em 6 anos a Newe irá compensar 100% do total dos créditos tributários:

	31/12/23	31/12/24	31/12/25	31/12/26	31/12/27	31/12/28
Lucros tributários futuros	(12.847)	(6.358)	7.307	15.483	52.660	78.614
Compensação créditos tributáveis (30%)	5.139	2.543	(877)	(1.858)	(6.319)	(9.434)
% Consumido			4,50%	14,04%	46,49%	94,92%

Conforme observado no quadro acima, a Seguradora estima lucros tributários até 2028. O Grupo Newe teve no final de 2022, a entrada de um novo investidor que resultou em um aumento de capital de R$30,3 milhões sendo R$21,6 milhões já integralizados em 2022 e o restante integralizado neste exercício. No ano de 2023, A Newe contratou um consultor externo com vasta experiência no mercado de Seguros para auxiliá-la na execução do Planejamento Estratégico com visão em 2028. Os principais entregáveis desse Planejamento foram: O Plano de atuação da Seguradora com foco em ramos specialty (Rural, Riscos Financeiros e Responsabilidade) e o Plano de Negócios da Seguradora até 2028. O Planejamento Estratégico, bem como o Budget de 2024 a 2028 foram aprovados pelo Conselho de Administração na Reunião do Conselho do dia 20/12/2023. (b) A Seguradora reconhece contabilmente, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2021	6.954	4.173
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	672	403
Ajustes Temporais	49	29
Saldo em 31/12/22	**7.675**	**4.605**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	3.212	1.927
Ajustes Temporais	(146)	(88)
Saldo em 31/12/23	**10.741**	**6.444**

8.3 Ressarcimentos a Receber: A Newe possui direito ao reembolso dos prejuízos suportados pela Seguradora ao indenizar dano causado por terceiros, no ramo de Riscos Financeiros. A Seguradora registrou o montante de R$ 5.936 em 31/12/23.

9 Custos de aquisição diferidos:

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/23	31/12/22
Responsabilidade	1.405	1.196
Riscos Financeiros	16.450	13.023
Rural	1.385	2.461
Total	19.240	16.680
Circulante	10.157	9.788
Não Circulante	9.083	6.892

9.1.1 Prazo de Diferimentos dos Custos de Aquisição por ramo	31/12/23
Rural	6 meses
Riscos Financeiros	3 anos
Responsabilidades	3,5 anos

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2021	**22.801**
Constituição	31.770
Amortização	(37.891)
Saldo em 31/12/22	**16.680**
Constituição	16.445
Amortização	(13.885)
Saldo em 31/12/23	**19.240**

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do exercício de risco.

10 Imobilizado	Taxa anual de depreciação	31/12/23	31/12/22
Móveis e utensílios	10%	436	367
Informática	20%	953	880
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33%	786	696
		2.175	1.943
Depreciação/Amortização acumulada		(1.512)	(1.330)
Total		**663**	**613**

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	196	69	(37)	228
Informática	343	73	(98)	318
Benfeitorias em imóveis de terceiros	74	90	(47)	117
Exercício findo em 31/12/23	**613**	**232**	**(182)**	**663**
Exercício findo em 31/12/22	**724**	**33**	**(144)**	**613**

11 Intangível: Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	4.402	1.270	(1.430)	4.242
Exercício findo em 31/12/23	**4.402**	**1.270**	**(1.430)**	**4.242**
Exercício findo em 31/12/22	**3.416**	**2.164**	**(1.178)**	**4.402**

12 Contas a pagar: O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar	31/12/23	31/12/22
Fornecedores	523	2.124
Subtotal	523	2.124

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher	31/12/23	31/12/22
Impostos retidos de funcionários	173	218
Impostos retidos de terceiros	193	131
Contribuições para o FGTS	50	81
Outros impostos retidos de terceiros	423	279
Subtotal	839	709

12.3 Encargos trabalhistas	31/12/23	31/12/22
Férias e 13º a pagar	550	731
Encargos sobre férias e 13º salário	188	250
Subtotal	738	981

12.4 Impostos e contribuições	31/12/23	31/12/22
PIS e COFINS	72	-
Subtotal	72	-

13 Débitos de operações de seguros e resseguros: Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Riscos Financeiros. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Seguradora. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

Newe seguros

Newe Seguros S.A.

CNPJ nº 26.609.195/0001-65

13.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	31/12/23	31/12/22
Responsabilidade	931	677
Rural	10.868	14.899
Riscos Financeiros	39.682	24.622
RVNE	1.239	1.302
Total	**52.720**	**41.500**
Circulante	52.720	41.500

13.1.1 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2021	52.555
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	134.233
Pagamentos	(144.989)
RVNE	(299)
Saldo em 31/12/22	41.500
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	51.928
Pagamentos	(40.645)
RVNE	(63)
Saldo em 31/12/23	**52.720**

13.2 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	31/12/23	31/12/22
Responsabilidade	214	286
Rural	705	183
Riscos Financeiros	6.964	6.464
Total	**7.883**	**6.933**
Circulante	7.883	6.933

13.3 Prêmios a restituir

Grupo de ramo	31/12/23	31/12/22
Rural	875	1.459
Responsabilidade	639	640
Riscos Financeiros	41	36
Total	**1.555**	**2.135**
Circulante	1.555	2.135

14 Ativos de resseguros e provisões técnicas–Resseguradoras

14.1 Ativos de resseguro

31/12/23

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	3.595	-	1.511	-	5.106
Riscos Financeiros	35.001	9.240	10.024	17	54.282
Rural	9.303	74.787	3.079	7.493	94.662
Total	47.899	84.027	14.614	7.510	154.050
Total classificado no ativo circulante	29.936	84.027	14.614	7.510	136.087
Total classificado no ativo não circulante	17.963	-	-	-	17.963

31/12/22

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas das relacionadas (PDR)	Total Provisões técnicas
Responsabilidade	3.245	-	772	-	4.017
Riscos Financeiros	30.083	6.806	1.365	-	38.254
Rural	17.553	22.824	7.944	3.157	51.478
Total	50.881	29.630	10.081	3.157	93.749
Total classificado no ativo circulante	34.628	29.630	10.081	3.157	77.496
Total classificado no ativo não circulante	16.253	-	-	-	16.253

14.2 Provisões técnicas

31/12/23

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	5.776	-	2.126	-	7.902
Riscos Financeiros	65.121	10.190	10.809	19	86.139
Rural	16.690	84.053	4.592	8.735	114.070
Total	**87.587**	**94.243**	**17.527**	**8.754**	**208.111**
Total classificado no passivo circulante	52.114	94.243	17.527	8.754	172.638
Total classificado no passivo não circulante	35.473	-	-	-	35.473

31/12/22

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	5.126	-	1.053	-	6.179
Riscos Financeiros	54.938	7.828	1.466	-	64.232
Rural	26.140	25.021	9.346	3.681	64.188
Total	**86.204**	**32.849**	**11.865**	**3.681**	**134.599**
Total classificado no passivo circulante	57.230	32.849	11.865	3.681	105.625
Total classificado no passivo não circulante	28.974	-	-	-	28.974

14.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31/12/2021	**129.212**	**163.427**	**74.188**	**6.619**	**373.446**
(+) Prêmio emitido	222.832	-	-	-	222.832
(-) Prêmio ganho	(265.840)	-	-	-	(265.840)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	608.784	-	-	608.784
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(274)	-	-	(274)
(-) Pagamento de sinistro	-	(735.187)	-	-	(735.187)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(797)	-	-	(797)
(+) Atualização monetária	-	(3.104)	-	-	(3.104)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(62.323)	-	(62.323)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	10.619	10.619
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.557)	(13.557)
Saldo em 31/12/22	**86.204**	**32.849**	**11.865**	**3.681**	**134.599**
(+) Prêmio emitido	101.531	-	-	-	101.531
(-) Prêmio ganho	(100.148)	-	-	-	(100.148)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	50.147	-	-	50.147
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	57.525	-	-	57.525
(-) Pagamento de sinistro	-	(53.897)	-	-	(53.897)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(6.207)	-	-	(6.207)
(+) Atualização monetária	-	13.826	-	-	13.826
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	5.662	-	5.662
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	18.127	18.127
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.054)	(13.054)
Saldo em 31/12/23	**87.587**	**94.243**	**17.527**	**8.754**	**208.111**

14.4 Movimentação de ativos de resseguro–provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas–Resseguros
Saldo em 31/12/2021	**74.719**	**140.904**	**63.126**	**5.722**	**284.471**
(+) Prêmio cedido	133.934	-	-	-	133.934
(-) Prêmio ganho cedido	(157.772)	-	-	-	(157.772)
(+) Aviso de sinistro	-	(557.907)	-	-	(557.907)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	752	-	-	752
(-) Sinistros recuperados	-	477.911	-	-	477.911
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(677)	-	-	(677)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(26.903)	-	-	(26.903)
(+) Atualização monetária	-	(4.449)	-	-	(4.449)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(53.045)	-	(53.045)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	8.961	8.961
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.527)	(11.527)
Saldo em 31/12/22	**50.881**	**29.631**	**10.081**	**3.157**	**93.749**
(+) Prêmio cedido	51.866	-	-	-	51.886
Prêmio ganho cedido	(54.847)	-	-	-	(54.847)
(+) Aviso de sinistro	-	(10.219)	-	-	(10.219)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(2.692)	-	-	(2.692)
(-) Sinistros recuperados	-	87.294	-	-	87.294
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(5.353)	-	-	(5.353)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(27.997)	-	-	(27.997)
(+) Atualização monetária	-	13.363	-	-	13.363
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	4.533	-	4.533
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	15.357	15.357
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.004)	(11.004)
Saldo em 31/12/23	**47.900**	**84.027**	**14.614**	**7.510**	**154.050**

14.5 Desenvolvimento de sinistros:

14.5.1 Desenvolvimento de sinistros

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	642.987	450.427	47.002	-
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	808.212	479.807	-	-
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	837.532	-	-	-
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	40.433	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	187	69.492	46.105	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	187	78.925	-	-	-	-	-	-
Seis anos ou mais após o aviso	187	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2023)	**187**	**78.925**	**46.105**	**40.433**	**837.532**	**479.807**	**47.002**	**1.529.991**
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(68.823)	(43.007)	(36.491)	(809.613)	(447.941)	(29.681)	(1.435.744)
Provisão de sinistros a liquidar	**-**	**10.102**	**3.099**	**3.942**	**27.919**	**31.866**	**17.321**	**94.247**
Resseguro								(80.574)
Ativo de Stop Loss								(3.456)
Provisões líquidas de resseguros								**10.216**

14.5.2 Desenvolvimento de sinistros (Resseguro)

Montante estimado para os sinistros–Resseguro	Ano de aviso do sinistro 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano do aviso	26	40.409	41.714	34.737	544.794	383.077	40.353	-
Um ano após o aviso	173	69.174	42.251	35.092	685.230	407.949	-	-
Dois anos após o aviso	173	70.321	42.617	33.830	710.111	-	-	-
Três anos após o aviso	173	71.775	40.998	36.882	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	173	64.932	43.938	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	173	73.682	-	-	-	-	-	-
Seis anos ou mais após o aviso	173	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2023)	**173**	**73.682**	**43.938**	**36.882**	**710.111**	**407.949**	**40.353**	**1.313.090**
Pagamentos de sinistros efetuados	(173)	(64.319)	(40.991)	(33.213)	(686.443)	(381.137)	(26.240)	(1.232.515)
Provisão de sinistros a liquidar–Resseguro	**-**	**9.363**	**2.947**	**3.669**	**23.669**	**26.812**	**14.114**	**80.574**
Ativos de Stop Loss								3.456
Provisões de Resseguros								**84.031**

15 Depósitos de Terceiros: ***(a) Aging de depósitos de terceiros***

	31/12/23	31/12/22
Reconhecidos em até 30 dias	155	1
Reconhecidos em entre 31 e 60 dias	230	20
Reconhecidos em entre 61 e 120 dias	1	1
Reconhecido acima de 365 dias	38	145
Total	**424**	**167**

16 Garantia de provisões técnicas	31/12/23	31/12/22
Total de provisões técnicas a serem cobertas	208.111	134.599
(-) Ativo redutor de PPNG	(20.670)	(25.951)
(-) Direitos creditórios	(25.950)	(29.089)
(-) DAC Redutora	(11.580)	(7.166)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR)	(106.151)	(42.869)
Total a ser coberto (B)	43.759	29.524
Total de ativos dados em garantia (A)	74.610	58.942
Excedente de ativos vinculados (A)–(B)	30.850	29.418

17 Provisões Judiciais: Com exceção de 8 (oito) ações judiciais em que figura como autora, a Seguradora possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro consubstanciados em apólices emitidas. **17.1 Processos cíveis:** Em 31 de dezembro, a Seguradora possuía 1.522 (um mil quinhentos e vinte e duas) ações judiciais decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pela Seguradora, o montante de perda estimada desses processos foi de R$ 75.031 (R$ 9.881 de 31/12/22). a) Relacionados a sinistros – A Seguradora possui 1.498 ações judiciais segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

31/12/23

	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	58	18.545	19.550	17.192
Possível	243	59.743	27.522	24.163
Remoto	1.197	311.357	27.958	23.765
Total	**1.498**	**389.646**	**75.031**	**65.121**

31/12/22

	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	4	415	374	318
Possível	85	40.698	8.516	7.239
Remoto	335	134.167	990	842
Total	**424**	**175.550**	**9.880**	**8.399**

b) Não relacionados a sinistros – Em 31/12/23, a Seguradora possuía 24 ações segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda e valores em risco:

	31/12/23 Quantidade	31/12/23 Valor em Risco	31/12/22 Quantidade	31/12/22 Valor em Risco
Possível (*)	5	5.861	9	418
Remoto	19	7.880	0	-
Total	**24**	**13.741**	**9**	**418**

(*) Os advogados que patrocinam as causas não relacionadas a sinistros, especificamente, tendo como objeto em discussão Danos Morais classificam como "Possível" a probabilidade de perda. c) Adicionalmente, temos em discussão judicial de polo ativo referente ao pagamento de PIS e COFINS sobre as Receitas Financeiras decorrentes de Ativos Garantidores no montante de R$ 721. **17.2 Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial:** Em 2022, a Seguradora promoveu alterações na sua metodologia de constituição de PSL Judicial para classificar cada processo conforme o risco de perda entre provável, possível e remoto, definindo para cada classificação um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. Em 2023, foram realizadas novas modificações para estabelecer que a avaliação de cada processo será individual para cada caso judicial de acordo com o assunto controvertido e o momento em que foi realizada a regulação do sinistro administrativo que deu causa à demanda. O impacto resultante da mudança de metodologia foi de R$ 16.090 (R$ 1.707 líquido de resseguro) sobre o resultado do exercício de 2023.

18 Patrimônio líquido: 18.1 Capital social: Em 29/06/2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte no montante de R$21,6 milhões. Conforme determinação da SUSEP tal montante foi dividido em aumento de capital (R$10.449) e constituição da reserva de capital (R$11.151) com a entrada do novo acionista, (Insuresilience Investment) na participação societária da Seguradora ocorrido no dia 15/12/2022, com emissão de 17.661.587 novas ações. Em 31/12/23 o capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 70.149 (R$59.700 em 31/12/22) está dividido em 107.451.562 (77.212.205 em 31/12/22) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP no exercício de 2023 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação–R$
2/06/2023	8.160	10.449
		10.449

19 Adequação de capital	31/12/23	31/12/22
Patrimônio Líquido (a)	**68.806**	**67.638**
Despesas antecipadas	(537)	(151)
Créditos tributários–prejuízos fiscais IR/bases negativas de CS (-)	(17.136)	(11.997)
Ativos intangíveis	(4.242)	(4.402)
1. Ajustes contábeis (b)	**(21.916)**	**(16.551)**
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas		
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**4.607**	**4.757**
PLA–nível I (*)	46.891	50.804
PLA–nível II	4.607	4.757
PLA–nível III	50	283
Subtotal PLA–nível (d)	51.498	55.844
Limitador CMR–PLA nível I	-	-
Limitador CMR–PLA nível II	-	-
Limitador CMR–PLA nível III	-	-
Subtotal PLA–limitador (e)	51.498	55.844
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e–d)	**0**	**0**
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	**51.498**	**55.844**
5. Capital mínimo requerido	**13.555**	**24.986**
Capital base (CB)	8.100	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	**13.555**	**24.986**
Capital de risco de subscrição	6.820	18.780
Capital de risco de crédito	6.222	5.184
Capital de risco operacional	853	1.781
Capital de risco de mercado	3.395	3.877
Benefício de diversificação	(3.736)	(4.636)
Capital mínimo requerido (h)	**13.555**	**24.986**
Suficiência de capital (i = g–h)	**37.944**	**30.858**
Suficiência de capital (i / h)	**280%**	**124%**
Índice de solvência (j = g / h)	**380%**	**224%**

20 Índices Operacionais

31/12/23

Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.329	(650)	2.679	40,08%	23,36%
Garantia	40.049	(10.183)	29.866	68,40%	24,19%
Rural	58.153	9.450	67.602	142,75%	8,54%
Total	101.531	(1.383)	100.147	117,83%	13,60%

31/12/22

Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.858	(2.191)	1.666	39,82%	22,20%
Garantia	46.346	(28.051)	18.295	52,48%	23,17%
Rural	172.628	73.250	245.878	222,14%	13,53%
Total	222.832	43.008	265.840	209,32%	14,24%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

31/12/23

Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.329	(2.379)	950	28,54%	71,46%
Garantia	40.049	(37.008)	3.041	7,59%	92,41%
Rural	58.153	(39.198)	18.955	32,60%	67,40%
Total	101.531	(78.585)	22.946	22,60%	77,40%

31/12/22

Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.858	(2.869)	989	25,65%	74,38%
Garantia	46.346	(43.273)	3.073	6,63%	93,37%
Rural	172.628	(146.752)	25.876	14,99%	85,01%
Total	**222.832**	**(192.894)**	**29.938**	**13,44%**	**86,56%**

(a) O montante apresentado de prêmios de resseguro refere-se a soma dos prêmios dos contratos de resseguros proporcionais. Adicionalmente a NEWE, com objetivo de proteção global da carteira de riscos assumidos, firmou contrato de resseguros não proporcionais com prêmios de resseguro no montante de R$709 (sendo R$1.966 em 31/12/22).

21 Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

21.1 Sinistros ocorridos	31/12/23	31/12/22
Indenizações avisadas (a)	(107.673)	(608.510)
Despesas com Sinistros	(18.378)	(12.637)
Ressarcimentos (b)	13.458	347
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (c)	(5.412)	64.341
	(118.005)	**(556.459)**

(a) A sinistralidade do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. (b) Em 2023 ocorreram sinistros dos ramos de Riscos Financeiras e com isso a Seguradora busca a recuperação dos valores pagos, conforme previsto em contrato. (c) A safra do período teve baixa sinistralidade e com isso uma redução na necessidade de constituição da provisão técnica.

21.2 Custos de aquisição	31/12/23	31/12/22
Despesas de comissão	(16.958)	(31.746)
Variação das despesas de comissão diferidas	2.560	(6.120)
	(14.938)	**(37.866)**

21.3 Resultado com resseguro	31/12/23	31/12/22
Recuperação com indenização de sinistro (a)	94.691	557.155
Despesas com sinistros	15.613	10.677
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	4.277	(54.760)
Prêmio de resseguro (líquido dos custos de aquisição)	(51.866)	(133.934)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(2.981)	(23.838)
Salvados e Ressarcidos	(12.745)	(723)
Outros resultados com operações de resseguro	310	839
	47.299	**355.416**

(a) A recuperação dos sinistros do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022.

21.4 Despesas administrativas	31/12/23	31/12/22
Pessoal próprio	(17.375)	(19.387)
Serviços de terceiros (*)	(9.369)	(11.020)
Localização e funcionamento	(3.545)	(3.389)
Publicações e publicidade	(364)	32
Donativos e contribuições	(291)	(132)
Despesas administrativas diversas	(149)	(33)
	(31.093)	**(33.929)**

(*) Inclui despesas com auditoria de 7,8% em 2023 e 7% em 2022.

21.5 Despesas com tributos	31/12/23	31/12/22
COFINS	223	532
PIS	36	87
Taxa de fiscalização	(1.031)	(1.662)
Outros (a)	(2.056)	(2.837)
	(2.828)	**(3.880)**

(a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro.

21.6 Resultado financeiro	31/12/23	31/12/22
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	7	22
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	7.734	10.372
Outras receitas (a)	13.584	(3.867)
	21.325	6.527
Despesas financeiras		
Outras despesas (a)	(14.043)	(2.677)
	(14.043)	(2.677)
Resultado financeiro	**7.282**	**9.204**

(a) Reflexo substancial das atualizações monetárias ocorridas na PSL judicial. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 17.2.

22 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda 2023	Imposto de renda 2022	Contribuição Social 2023	Contribuição Social 2022
Resultado antes dos impostos e participações	(10.531)	(2.118)	(12.371)	(2.674)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.839)	(556)	-	-
(Prejuízo) após as participações	(12.371)	(2.674)	(12.371)	(2.674)
Adições temporárias–provisões indedutíveis	84	448	84	448
Adições permanentes–despesas indedutíveis	108	57	108	57
Exclusões temporárias–provisões indedutíveis	(668)	(251)	(668)	(251)
Base de cálculo	(12.847)	(2.420)	(12.847)	(2.420)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo após Compensação	(12.847)	(2.420)	(12.847)	(2.420)
Imposto e Contribuição do ano corrente	-	-	-	-
Imposto e Contribuição do ano anterior	(67)	222	-	124
Imposto de Renda e Contribuição Social	(67)	222	-	124
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	1%	(9%)	0%	(5%)
Diferenças temporárias	(146)	49	(88)	29
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	3.212	605	1.927	363
Prejuízo Fiscal e Base Negativa Exercício Anterior	-	66	-	40
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	3.066	720	1.839	432
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	**2.999**	**942**	**1.839**	**556**

23 Benefícios a empregados: A Newe oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R$ 443 (R$1.526 em 31/12/22) e estão registradas na rubrica "Despesas administrativas". **24 Partes relacionadas:** Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes: **24.1 Controladora:** A NEWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30/10/2019, data que através da portaria Nº7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A. Em 16/06/2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora. Abaixo os saldos das transações com partes relacionadas:

CBM Participações	31/12/23
Contas a Receber	
Inter Cias	8
	8
Despesas Pagas	
Rateio de Custos	344
	344

Green Data	31/12/23
Receitas	
Rateio de Custos	177
	177
Despesas a Pagar	
Serviços Prestados	119
	119

25 Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração paga a diretoria executiva no exercício é de R$ 3.977 (R$ 3.604 em 31/12/22). **26 Eventos Subsequentes:** A AGE de 18 de julho 2023, deliberou o aumento do capital social da NEWE em R$ 8.699.999,59 (oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos), passando o capital social da Companhia para R$ 78.848.747,54 (setenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) e foi aprovada pela portaria SUSEP/CGRAJ Nº 1859 no dia 3/01/2024.

Diretoria: Carlos Alberto Caputo - Diretor Presidente; **Norberto Raul Caputo** - Diretor Vice Presidente; **Rodrigo Motroni de Almeida** - Diretor Vice Presidente; **Atila Andrade Santos** - Diretor
Contador: Vagner Gonçalves da Rocha - CRC nº 112111/O-7 **Atuário e Diretor:** Daniel Iespa Garcia - MIBA nº 2631

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas NEWE Seguros S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da NEWE Seguros S.A. (Sociedade) em 31/12/23 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa

Newe seguros

Newe Seguros S.A.

CNPJ nº 26.609.195/0001-65

auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da NEWE Seguros S.A. em 31/12/23, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Rio de Janeiro, 15/02/2024. PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Rua do Russel 804. Rio de Janeiro – RJ – Brasil 22210-907. CNPJ 02.646.397/0004-61. CIBA 105. Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Newe Seguros S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Newe Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31/12/23, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13/02/2023, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15/02/2024.

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino - Contadora CRC 1SP260324/O-0

Rio de Janeiro

VERÃO: Sol, com chuva pela manhã, muitas nuvens à tarde. Noite de tempo firme. **Manhã** **Tarde** **Noite** **29º** **23º** **85%** 05:42 18:30

BALANÇO

Carnaval tem redução de 20% em crimes

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O carnaval no estado do Rio de Janeiro teve redução de 20% nos chamados crimes de rua (furtos e roubos a pedestres), enquanto o número de prisões em flagrante cresceu 34%. Os dados fazem parte do balanço da operação especial de carnaval, divulgado ontem pelo governo do estado.

Segundo o governador do Rio, Cláudio Castro, um dos motivos para o aumento de prisões é o reforço do efetivo policial, 5% maior que o do carnaval passado.

"Você só prende em flagrante se você tiver um alto contingente policial na rua. Foram mais de 12 mil policiais militares, mais de 3,3 mil policiais civis e mais de 900 policiais penais", detalhou.

Castro destacou que houve crescimento de 32% na quantidade de menores infratores apreendidos. "A gente sabe que isso é uma realidade, muitas facções criminosas mandando menores fazerem, sobretudo, esse trabalho de furto, pequenos assaltos, e é importante quando a gente consegue coibir que esses menores tenham essa paz para fazer esse trabalho sujo".

PRISÕES

De acordo com a Polícia Militar (PM), a corporação realizou 423 prisões e apreendeu 75 adolescentes. Ainda durante o carnaval foram apreendidas 75 armas de fogo, sendo sete fuzis. Nas barreiras de revista montadas nos acessos dos megablocos, a PM deteve mais de 270 objetos perfurantes – 42% a mais que no carnaval do ano passado. Foram recuperados 47 telefones celulares.

Já a Polícia Civil registrou 717 pessoas presas, sendo 630 em flagrante e 87 por cumprimento de mandados de prisão. Foram 85 ocorrências notificadas por turistas estrangeiros, sendo 61 por crimes de furto.

Neste carnaval, a PM intensificou o uso do monitoramento com reconhecimento facial em locais de grande movimentação de pessoas, incluindo o sambódromo. Sete pessoas foram identificadas e presas nos dias de folia, chegando ao número de 20 desde o réveillon.

De acordo com o secretário de Segurança Pública, Victor César dos Santos, não houve erro de identificação de suspeito sem mandado de prisão em aberto. "Houve 100% de acerto do software".

MEDIDAS PROTETIVAS

O período de carnaval terminou com aumento de 5% de pedidos de medidas protetivas para mulheres. Segundo o governador, são casos de mulheres que se sentiram ameaçadas por parceiros em blocos ou no sambódromo.

"Nós celebramos o aumento da oferta da proteção, eu acho que quando a mulher se sente segura para pedir ajuda, ela não aceita mais a violência do parceiro ou de outro homem. A gente quer que o número diminua não pela falta de procura, mas pela falta do cometimento do delito. Primeiro você aumenta a oferta dos canais, as mulheres começam a ter mais coragem de procurar ajuda e, em seguida, você tem a diminuição em si do dado real", disse.

LEI SECA

No estado, 4.616 motoristas foram abordados pela Operação Lei Seca, sendo 936 dirigindo sob efeito de álcool. Na Sapucaí, 171 motoristas dos carros alegóricos das escolas de samba dos grupos Ouro e Especial passaram pelo teste do bafômetro.

COMBATE À DENGUE

Além do desfile das escolas de samba, o sambódromo foi cenário para campanha de prevenção e ações contra a dengue.

VAST INFRAESTRUTURA S.A
CNPJ: 21.778.678/0001-70
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

A empresa Vast Infraestrutura S.A. torna público que entregou e foram ACEITOS, em 07/02/2024, pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para análise de viabilidade ambiental da ampliação da extensão já licenciada do Oleoduto Sul, em cerca de 68 km (sessenta e oito quilômetros), no trecho compreendido entre a estação de Barra do Furado, em Quissamã/RJ, e o Terminal de Cabiúnas - TECAB, em Macaé/RJ, com inclusão de uma área de apoio operacional denominada Estação Auxiliar Barra do Furado (EAFB) destinada a apoiar a operação dos Oleodutos Norte e Sul, localizada em terreno vizinho à Estação de Barra do Furado, de titularidade da Petrobras, em Quissamã/RJ, e adequar o traçado final dos Oleodutos Norte e Sul, também já licenciados, conforme processo E-07/002.6314/2019 (Migrado para o Sistema Eletrônico de Informações - SEI). Os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca sede do Inea, na Av. Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20081-312, bem como poderá ser acessado pelo Portal Eletrônico do Instituto (http://www.inea.rj.gov.br).

CARNAVAL

Rio tem média de 87% de ocupação na rede hoteleira

ALANA GANDRA/ABRASIL

Pesquisa divulgada ontem pelo Sindicato Patronal dos Meios de Hospedagem da Cidade do Rio de Janeiro (HotéisRIO) mostra que o carnaval carioca teve média de 87% dos quartos de hotel ocupados. O número se refere ao período de 10 a 14 de fevereiro.

Os bairros da zona sul foram os mais procurados por turistas nacionais e estrangeiros. A liderança foi exercida por Botafogo/Flamengo, com 90,73%, seguida por Ipanema/Leblon, com 88,87%, Copacabana/Leme (87,84%), centro (87,2%) e Barra/ Recreio, na zona oeste (83,38%).

Para o presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, o resultado comprova a alta capacidade de atração do Rio de Janeiro. "O carnaval de nossa cidade é uma festa de padrão internacional, feita com o que o carioca tem de melhor: criatividade, simpatia e hospitalidade".

Segundo Lopes, a consequência da união desses fatores é o grande número de turistas que a rede hoteleira recebe, "interessados em usufruir dessa experiência única".

COMANDO VERMELHO

Rio de Janeiro monitora possível chegada de fugitivos de Mossoró

BRUNO MOURA/ABRASIO

Autoridades de segurança do Rio de Janeiro monitoram uma possível chegada ao estado dos dois fugitivos do presídio federal de segurança máxima de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A informação foi confirmada ontem pelo governador Cláudio Castro (**foto**). "A gente está acompanhando sim", afirmou Castro.

O secretário estadual da Polícia Militar, coronel Luiz Henrique Marinho Pires, acrescentou que o monitoramento envolve outras unidades da federação.

"A partir do momento em que aconteceu o fato, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária [Seap] foi avisada, entrou em contato com a Polícia Militar. Nós também já tínhamos feito contato com as polícias de outros estados. Então, a gente está em um processo de monitoramento, já está envolvida também a inteligência da Polícia Civil", descreveu o secretário.

FUGA

A fuga dos detentos Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento, tornada pública na quarta-feira, é a primeira registrada no sistema penitenciário federal, coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A unidade de Mossoró fica a 280 quilômetros a oeste da capital do Rio Grande do Norte, Natal.

EPIDEMIA

Rio inicia nesta sexta-feira estudo sobre vacina da dengue em adultos

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Começa hoje, no Rio de Janeiro, o estudo que planeja vacinar 20 mil adultos contra a dengue. A iniciativa é da prefeitura, em parceria com o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A vacinação será na região de Guaratiba, na zona oeste da cidade, e será voltada para pessoas na faixa de 18 a 40 anos de idade.

A participação no estudo vai ser voluntária. Os nomes serão sorteados entre usuários cadastrados nas unidades de atenção primária de saúde da região. A vacina será aplicada em duas doses com intervalo de 90 dias entre uma e outra, somando 40 mil aplicações. Quem já teve dengue não está impedido de participar da pesquisa.

Durante dois anos, os pesquisadores vão colher informações sobre casos, hospitalizações e mortes para observar a diferença de comportamento do vírus entre vacinados e não vacinados. A partir daí, será avaliada a efetividade da vacina na população adulta e a futura incorporação nacional.

O imunizante é o Qdenga, fabricado pelo laboratório japonês Takeda e recém-incorporado pelo Ministério da Saúde ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). A Qdenga oferece proteção contra os quatro subtipos do vírus da dengue existentes: DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4.

O Ministério da Saúde vem distribuindo lotes de vacina para municípios brasileiros que atendem a critérios definidos pela pasta em conjunto com os conselhos nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). O público alvo, neste momento, é de pessoas com idade entre 10 e 14 anos.

NÚMEROS DO ESTADO

Na quarta-feira passada, foi confirmada a segunda morte por dengue no município do Rio de Janeiro. A cidade está em situação de emergência desde o dia 5 deste mês. Agora são quatro óbitos em todo o estado em 2024: dois na capital, um em Mangaratiba e um em Itatiaia.

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) divulgou nesta semana dados do Painel Monitora, no período entre janeiro e 13 de fevereiro. São 39.311 casos prováveis de dengue até o momento. Em todo o ano passado, o Centro de Inteligência em Saúde (CIS-RJ), da secretaria, contabilizou 51.479 registros prováveis da doença, com 32 mortes.

FUGA EM MOSSORÓ

Governo anuncia construção de 'muralhas' em presídios

PAULA FERREIRA/AE

O governo federal vai construir muralhas de proteção em todos os presídios federais na tentativa de evitar novas fugas de detentos. A medida foi anunciada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (**foto**), ontem, como uma resposta à fuga de dois criminosos do presídio federal de Mossoró. O caso abriu a primeira crise de Lewandowski à frente da pasta - ele ordenou um pente-fino em todo o sistema.

Na madrugada de quarta-feira, passada Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento escaparam da penitenciária escalando a luminária de suas celas e acessando o teto da cadeia. Depois, chegaram ao pátio, onde ocorre uma obra e pegaram um alicate com o qual cortaram o alambrado da penitenciária e fugiram.

Atualmente, somente a penitenciária federal do Distrito Federal tem muralha de proteção. O ministro anunciou que as estruturas serão construídas nos outros quatro presídios federais em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN) com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Além das muralhas, Lewandowski anunciou a modernização do sistema de câmeras dos presídios e controle de acesso às unidades com sistema de reconhecimento facial de presos, visitantes e advogados.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O ministro também anunciou um reforço no efetivo de policiais penais. Serão convocados 80 agentes já aprovados em concurso para incrementar a segurança do sistema prisional federal. O governo ainda pretende ampliar o sistema de alarme e sensores das penitenciárias.

"Desde as primeiras horas do acontecimento estamos ativos, atuando e empregando todos nossos recursos para recapturar os fugitivos, apurar as responsabilidades do ocorrido e prevenir a repetição de um episódio como esse, que foi resultado de uma série de eventos fortuitos", disse o ministro.

Essa foi a primeira vez que presos conseguem escapar de um presídio federal, criados a partir de 2006. O fato fez com que o Ministério da Justiça e Segurança Pública afastasse a direção da penitenciária e escolhesse um interventor para chefiar a unidade, o policial penal federal Carlos Luis Vieira Pires. O servidor atuava como coordenador-geral de Classificação e Remoção de Presos em Brasília e já foi diretor da Penitenciária Federal em Catanduvas (PR).

O episódio causou incômodo no governo, que recentemente trocou o comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Após a saída do ministro Flávio Dino para assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-ministro do STF, Ricardo Lewandowski assumiu o comando da pasta.

Lewandowski fez trocas em alguns cargos, inclusive na Secretaria Nacional de Políticas Penais, que passou a ser chefiada por André Garcia. "Considero que a fuga dos dois detentos é algo que não pode ser minimizado. É algo grave, sem dúvida nenhuma, mas é uma fuga que se deu numa série de coincidências negativas, casos fortuitos que facilitaram a fuga desses dois detentos. Embora preocupante, isso não afeta a segurança dos presídios federais", argumentou o ministro.

De acordo com Lewandowski, há 300 agentes atuando na busca pelos detentos. Os policiais trabalham com a hipótese de que os foragidos estejam num perímetro de 15 quilômetros ao redor da penitenciária. Câmeras externas não registraram a chegada de veículos para resgatar os prisioneiros e também não foram identificados furtos ou roubos de veículos na região, o que reforça a hipótese de que Mendonça e Nascimento fugiram a pé.

Segundo apuração preliminar, os foragidos seriam ligados ao Comando Vermelho. No mesmo presídio em Mossoró está preso o líder da facção criminosa, Fernandinho Beira-mar.

Câmeras e lâmpadas desligadas facilitaram fuga

PAULA FERREIRA/AE

Os criminosos que fugiram da Penitenciária Federal de Mossoró na quarta-feira passada, encontraram uma série de facilidades que tornaram possível a saída do presídio no Rio Grande do Norte. De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, parte das câmeras não estava funcionando adequadamente e algumas luzes estavam apagadas no momento da fuga.

Lewandowski narrou parte da dinâmica da fuga. Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento fugiram do presídio após escalar uma luminária, chegarem ao teto e acessarem o setor onde é feita a manutenção do presídio.

Os criminosos pegaram ferramentas que estavam sendo utilizadas em uma obra de manutenção no presídio. Como o local reformado estava protegido apenas por um tapume de metal, os criminosos encontraram uma brecha na proteção, saíram e cortaram o alambrado de proteção com um alicate recolhido na obra.

"A fuga ocorreu em uma terça-feira para Quarta-feira de cinzas, onde, eventualmente, as pessoas estavam mais relaxadas, como costuma ocorrer nesse momento", afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

Segundo o ministro, o presídio tinha diversas falhas em sua construção, o que também tornou a fuga mais fácil. "Outro fator é que o presídio estava passando por uma reforma interna, havia operários dentro da unidade, ferramentas que não estavam devidamente acondicionadas e trancadas. Possivelmente, estavam espalhadas ao alcance das pessoas que realizaram a fuga. Havia defeitos na construção do presídio. Houve uma fuga pela luminária da cela e, ao invés de a luminária e o entorno estarem protegidos por laje de concreto, estava protegida e fechada com um simples trabalho comum de alvenaria", explicou.

De acordo com Lewandowski, há 300 agentes atuando na busca pelos detentos. Os policiais trabalham com a hipótese de que os foragidos estejam num perímetro de 15 quilômetros ao redor da penitenciária. Câmeras externas não registraram a chegada de veículos para resgatar os prisioneiros e também não foram identificados furtos ou roubos de veículos na região, o que reforça a hipótese de que Mendonça e Nascimento fugiram a pé.

O ministro relatou que nas proximidades da penitenciária uma casa foi invadida e houve furto de roupas e comidas. O que, segundo ele, indica que o ato pode estar relacionado a uma tentativa de sobrevivência dos foragidos.

TRAGÉDIA DE MACEIÓ

Brasileiros acionam Justiça holandesa contra a Braskem

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Nove moradores de Maceió que tiveram residências ou terrenos prejudicados pelas atividades desenvolvidas pela petroquímica Braskem estão acionando a Justiça holandesa, visando compensações pelos "danos morais e individuais" decorrentes do desastre provocado pela empresa, que tem subsidiárias na Europa administradas a partir de Roterdã.

De acordo com o escritório de advocacia Pogust Goodhead, contratado pelos brasileiros para a ação na Holanda, a primeira audiência foi ontem, na Corte do Distrito de Roterdã. Os nove autores da ação buscam uma sentença declaratória de responsabilidade e indenização pelos danos sofridos – tanto materiais quanto morais. Durante o processo, será analisada a responsabilidade da petroquímica no afundamento das casas e terrenos das vítimas.

Na primeira audiência de ontem, foram ouvidas as duas partes no processo: as vítimas e a Braskem. A expectativa é que, a partir de agora, sejam pedidas outras audiências, bem como diligências para o caso.

"O Grupo Braskem é responsável pelos danos causados em Maceió, incluindo suas subsidiárias holandesas, que se beneficiam dos lucros da Braskem e contribuem para suas atividades de mineração no Brasil e no mundo", afirmam os advogados das vítimas.

Nesse sentido, os advogados argumentam que os dois braços da empresa "devem compensar os danos sofridos pelos reclamantes". Em nota, os advogados informam que os moradores de Maceió já haviam classificado de "vergonhosas e desmoralizantes" as "pequenas quantias" oferecidas no Brasil pela empresa pelos danos causados às propriedades.

"O direito material aplicado no caso será o direito brasileiro, extremamente desenvolvido e progressista em relação ao meio ambiente e a questões sociais", informou, em nota, o escritório de advocacia. Segundo a Pogust Goodhead, oito das nove vítimas que movem a ação estão na Holanda para acompanhar a audiência.

BRASKEM

Em nota à Agência Brasil, a Braskem informou ter apresentado à Corte o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), homologado pela Justiça brasileira e acompanhado pelos ministérios públicos Federal e Estadual, defensoria pública e governo de Alagoas. De acordo com a empresa, 99,8% das propostas de compensação aos moradores foram apresentadas e 94,5% pagas até o fim de janeiro. O desembolso soma R$ 9,2 bilhões, sendo R$ 4,4 bilhões em indenizações e R$ 3,9 bilhões para o PCF.

"É importante ressaltar que o PCF é de adesão voluntária, e os participantes são acompanhados por advogado de sua escolha – com custo reembolsado pela Braskem – ou por um defensor público. Apesar da possibilidade de recorrer à Justiça para que determine o valor da indenização de forma célere e sem custos (liquidação de sentença), o índice geral de aceitação das propostas é superior a 99% desde o início do programa", diz a nota.

Segundo a empresa, o grupo que recorreu à Justiça da Holanda já recebeu a proposta de compensação. A Braskem defende ainda que os casos sejam resolvidos pela Justiça brasileira. "A Braskem, por meio de seus representantes, vem adotando as medidas processuais cabíveis e reafirma seu compromisso em não poupar esforços para preservar a segurança das pessoas e realizar a compensação financeira no menor tempo possível. Essas são prioridades para a empresa e, por isso, continuará desenvolvendo seu trabalho, de forma diligente, em Maceió".

DESASTRE

O desastre na capital alagoana foi causado pela exploração de sal-gema em jazidas no subsolo, ao longo de décadas, pela Braskem. O sal-gema é um tipo de sal usado na indústria química.

Em 2018 foi identificada uma lacuna subterrânea deixada pela empresa, o que acarretou instabilidade do solo de alguns bairros de Maceió. Alguns deles tiveram de ser completamente evacuados em 2020, por causa de tremores, rachaduras e afundamentos.

TURMA DE BOLSONARO

PF aponta atuação de Pazuello na tentativa de golpe de Estado

RAYANDERSON GUERRA/AE

Relatório da Polícia Federal (PF) aponta que o deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), ex-ministro da Saúde, foi um dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que defendeu a subversão do Estado Democrático de Direito. Pazuello atuou no sentido de propor ao então chefe do Executivo uma "ruptura constitucional", de acordo com documento obtido pelo jornal *O Globo*.

A participação de Pazuello no esquema golpista é relatada pela PF com base em conversas interceptadas e registros de entrada no Palácio da Alvorada. Em um áudio gravado em 8 de novembro de 2022, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, diz a um interlocutor que o então presidente estava recebendo visitas pessoais "no sentido de propor um ruptura institucional" e "pressioná-lo a tomar medidas mais fortes para reverter o resultado das eleições". Segundo a PF, o áudio seria endereçado ao então comandante do Exército, general Freire Gomes.

"O cenário apresentado por Mauro Cid ao general Freire Gomes, na data de 08 de novembro de 2022, já demonstra uma atuação do atual deputado federal, o general Eduardo Pazuello, no sentido de propor uma ruptura constitucional, com fundamento em uma interpretação anômala do art. 142 da Constituição Federal", afirma a PF. Pazuello diz que não vai se manifestar sobre o caso.

Segundo dados do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) obtidos pela PF, Pazuello compareceu ao Alvorada no dia 7 de novembro de 2022, onde passou quase 11 horas, das 7h30 às 18h20. Cid também estava no local, segundo *O Globo*.

ALVO DA PF

Militares das Forças Armadas se tornaram alvos da PF em operações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Na ação para apurar a atuação de uma organização criminosa responsável por atuar em tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, militares que já respondem a outras acusações de crimes cometidos durante o governo Bolsonaro e novos nomes da caserna foram tragados para mais um caso na Justiça.

Os ex-ministros militares Walter Braga Netto (Casa Civil) e Augusto Heleno (GSI) e os ex-comandantes das Forças Armadas Paulo Sérgio Nogueira (Exército) e Almir Garnier Santos (Marinha) estão entre os alvos de mandados de busca e apreensão na Operação Tempus Veritatis (hora da verdade, em latim). A PF apura ainda a participação de outros 13 militares, entre integrantes da ativa e da reserva. Outras operações já mostraram outros integrantes das Forças Armadas investigados.

ROMA

PF encerra inquérito de ataque a Moraes

RAYSSA MOTTA/AE

A Polícia Federal (PF) encerrou o inquérito sobre as hostilidades ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no aeroporto de Roma, na Itália, em julho do ano passado, e concluiu que o empresário Roberto Mantovani Filho cometeu o crime de "injúria real" por ter agredido o filho do magistrado.

O delegado Hiroshi de Araújo Sakaki enviou ontem, o relatório final da investigação ao STF. Ele concluiu que, a partir das imagens das câmeras de segurança, que não têm som, não foi possível cravar se houve troca de ofensas.

Em contrapartida, afirma que o tapa no rosto do filho de Moraes foi registrado com "clareza" e, por isso, o empresário poderia ser enquadrado criminalmente.

"Tal conduta se amolda ao tipo penal da injúria real, previsto no art. 140, §22, do Código Penal', que se caracteriza pelo emprego de violência ou vias de fato - sendo estas juridicamente compreendidas como atos agressivos que, no entanto, não provocam lesões corporais - para ofender a dignidade ou o decoro de alguém", diz um trecho da representação.

A PF, no entanto, não pediu o indiciamento, por ser um crime de menor potencial ofensivo e cometido fora do País.

CARNAVAL

PRF registra 85 mortes nas estradas federais

FABÍOLA SIMINBÚ/ABRASIL

A Operação Carnaval 2024, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), terminou nesta madrugada com registros do aumento no número de acidentes e mortes nas estradas de todo o país. Mas houve queda nos flagrantes de infração, na comparação com 2023.

De acordo com o balanço divulgado pela PRF, foram registrados 1.223 sinistros ao longo dos 6 dias de operação, o que representa um aumento de 10%, em relação aos 1.112 ocorridos no ano passado. Como consequência dos acidentes mais graves, 85 pessoas morreram, enquanto, na última operação de carnaval, foram 80 óbitos.

Este ano, em que as ações tiveram como foco o combate à combinação álcool e direção, esse tipo de autuação sofreu uma redução de 4%. Foram 1.867 motoristas autuados por dirigirem sob efeito de bebida alcoólica ou por recusarem fazer o teste do bafômetro. Já no ano passado, foram autuados por esse motivo 1.946 motoristas.

As prisões de motoristas por embriaguez ou sinais de alteração da capacidade psicomotora pelo efeito do álcool também diminuíram de 138 para 107, o que representa uma queda de 18%.

De acordo com a PRF, as medidas educativas e o reforço do policiamento e, principalmente da fiscalização, em todo o país, empregadas entre os dias 9 e 14 de fevereiro, aumentaram a segurança viária, não apenas na prevenção de acidentes e mortes, mas também no enfrentamento à criminalidade.

VERÃO: Sol com nuvens durante o dia. Noite com muitas nuvens. Manhã Tarde Noite 26º 18º 5% 05:55 17:45

DESINFORMAÇÃO

Tarcísio demite da Prodesp major golpista alvo de operação da PF

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, demitiu da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) o major da reserva do Exército Angelo Martins Denicoli. A companhia confirmou ontem que o desligamento ocorreu na segunda-feira passada, no meio do feriado de carnaval.

Segundo as investigações da Polícia Federal (PF), o militar teria participado da tentativa de golpe de Estado no núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral. O major foi alvo de busca e apreensão – autorizados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes – na Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela PF na semana passada. Por decisão da Justiça, o militar está proibido de manter contato com os demais investigados e de sair do país.

De acordo com a PF, Angelo Martins Denicoli pertencia ao núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral, composto também pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; Fernando Cerimedo; Éder Lidsay Magalhães Balbino; Hélio Ferreira Lima; Guilherme Marques Almeida; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros; e Tércio Amaud Tomaz.

Segundo as investigações, eles teriam atuado, prioritariamente, na produção, divulgação e amplificação de notícias falsas e de "estudos" sobre a falta de lisura das eleições presidenciais de 2022, bem como sobre supostos registros de votos após o horário oficial e inconsistências no código-fonte das urnas. De acordo com a PF, eles teriam a finalidade de estimular seguidores a permanecerem na frente de quartéis e de instalações das Forças Armadas no intuito de criar o ambiente propício para a execução de um golpe de Estado

INVASÃO DE RAFAH

Lula acusa países ricos de covardia e Israel de burlar CIJ

FELIPE FRAZÃO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou ontem, como "desumanidade" e "covardia" contra o povo palestino, a decisão de "países ricos", entre eles os Estados Unidos, de cortar as contribuições milionárias à Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA). O órgão foi acusado pelo governo de Israel de colaboração com o Hamas.

O presidente alertou que a incursão terrestre das Forças de Defesa de Israel em Rafah, ao Sul de Gaza, para onde fugiram 1,4 milhão de refugiados, prenuncia uma calamidade e contraria decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) para que o país evitasse atos de genocídio na guerra.

"No momento em que o povo palestino mais precisa de apoio, os países ricos decidem cortar a ajuda humanitária à agência da ONU para refugiados palestinos. É preciso por fim a essa desumanidade e covardia. Basta de punição coletiva", disse Lula, em discurso na Liga dos Estados Árabes, perante embaixadores representantes dos 22 países.

Lula voltou a prometer, novamente sem citar valores, que vai reforçar as doações do Brasil ao órgão da ONU encarregado de ações humanitárias, como distribuição de alimentos, água, atendimento médico e escolar aos palestinos. "Meu governo fará novo aporte à UNRWA e exortamos todos os países a manter e reforçar suas contribuições", assegurou o presidente.

Israel acusou 12 funcionários da agência de participação nos ataques do Hamas em 7 de outubro de 2023. O massacre deflagrou a guerra em curso na região.

A ONU demitiu funcionários e abriu uma investigação sobre o caso António Guterres, secretário-geral da ONU, chegou a falar em "infiltração" do Hamas e prometeu agir imediatamente em caso de novas denúncias, mas pediu a retomada das doações.

A agência depende de contribuições voluntárias. Cerca de 95% do orçamento vem de transferências governamentais. Conforme balanços recentes, a UNRWA teve orçamento de US$ 1,17 bilhão, em 2022. Os maiores doadores foram países membros da União Europeia (US$ 520 milhões) e os Estados Unidos (US$ 344 milhões). O Brasil transferiu apenas US$ 75 mil.

"As recentes denúncias contra funcionários da agência precisam ser devidamente investigadas, mas não podem paralisá-la", disse Lula aos embaixadores árabes. Segundo ele, a situação na Cisjordânia "está se tornando insustentável" e os efeitos do conflito prolongado em Gaza levam a cenários "imprevisíveis e catastróficos muito além do Oriente Médio".

O presidente afirmou que o corte nas doações à UNRWA vai deixar "desamparados", sem atendimento e itens básicos de sobrevivência, palestinos refugiados em Gaza, na Jordânia, na Síria e no Líbano.

Durante a viagem ao Cairo, o presidente brasileiro fez um pronunciamento em sessão extraordinária na Liga Árabe e conversou com o secretário-geral da entidade, o ex-chanceler egípcio Ahmed Gheit. Antes, também no Cairo, ele fez uma reunião com o presidente egípcio, Abdel Fattah El-Sissi.

Durante pronunciamento ao lado de Sissi, Lula havia dito que Israel tinha "a primazia de não cumprir decisões emanadas da direção das Nações Unidas". Ao falar aos embaixadores da Liga Árabe, Lula foi além e alertou que a incursão militar terrestre anunciada por Israel para a região de Rafah, na fronteira com o Egito, pode se chocar com ordem da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Dezenove brasileiros permanecem na zona de guerra na espera para atravessar a fronteira, como mostrou o Estadão.

Israel já opera pontualmente e faz bombardeios aéreos na cidade com mais palestinos, sob protesto até mesmo de aliados, como Estados Unidos e França. A justificativa de Tel-Aviv é acabar com as últimas bases do Hamas e seus líderes.

"Operações terrestres na já superlotada região de Rafah pronunciam novas calamidades e contrariam o espírito das medidas cautelares da Corte (CIJ). É urgente parar com matança", instou Lula. "Estamos com a ONU totalmente enfraquecida numa tomada de decisão para que Israel cumpra uma das decisões que tomou ao longo desses anos."

Em 26 de janeiro, a Corte Internacional de Justiça, que faz parte do sistema ONU como tribunal superior para disputas entre países, emitiu uma ordem judicial na causa movida pela África do Sul. Embora não tenha acatado o pedido de cessar-fogo imediato, a corte determinou que Israel: evitasse a prática de atos que pudessem ser considerados genocídio, de acordo com a convenção sobre o tema, como danos físicos ou mentais graves aos palestinos; prevenisse e punisse a incitação ao genocídio; e impedisse a destruição de provas relacionadas à acusação. Os juízes também ordenaram que serviços básicos e urgentes, bem como assistência humanitária, fossem prestados aos palestinos em Gaza.

Lula decidira apoiar politicamente o processo movido contra Israel pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça. Os sul-africanos acusam governo e militares israelenses de "genocídio". O endosso de Lula ocorreu a pedido da Autoridade Nacional Palestina, e provocou críticas internas e reação negativa da comunidade judaica e de Tel-Aviv. Após a primeira liminar, o caso continua em julgamento no principal tribunal da ONU.

O presidente brasileiro pediu apoio dos países árabes na defesa da reforma da ONU e do Conselho de Segurança, ao qual sugeriu o aumento do número de membros permanentes e o fim do poder de veto. Segundo ele, os cinco membros atuais com cadeira fixa - EUA, Rússia, China, França e Reino Unido - são os países que "produzem e vendem armas e ultimamente fazem as guerras".

UBERLÂNDIA

Preso suspeito de matar soldado da Rota

CAIO POSSATI
E JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O homem suspeito de matar o soldado Samuel Wesley Cosmo, da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), durante patrulhamento em Santos, foi capturado na quarta-feira passada, em Uberlândia, em Minas Gerais, a cerca de 660 quilômetros da cidade do litoral de São Paulo.

O acusado é identificado como Kaique Coutinho do Nascimento, de 21 anos, também conhecido como Chip. Ele estava foragido desde a morte do agente, em 2 de fevereiro, e tinha mandado de prisão expedido pela Justiça. Segundo a Polícia Militar de Minas, ele foi abordado após um denúncia de tráfico de drogas e teria confessado o crime.

"A Polícia Militar de Minas Gerais prendeu, na tarde de hoje (14), em Uberlândia/MG, o criminoso responsável pelo homicídio do Soldado Samuel Wesley Cosmo, do 1° Batalhão de Polícia de Choque - ROTA", informou a Polícia Militar de São Paulo, no X (antigo Twitter), no começo da noite desta quarta.

Na mesma rede social, o secretario de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite, também se manifestou. "Recebi a informação de que nossos irmãos da Polícia Militar de Minas Gerais acabam de prender o criminoso Kaique Coutinho do Nascimento, vulgo Chip, apontado como assassino do Soldado Cosmo", escreveu ele.

Junto com o suspeito, foram apreendidos cerca de R$ 10 mil em espécie, munições e drogas, afirmou a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Na abordagem, eles prenderam outro homem que estaria com Kaique, e que já seria conhecido das autoridades locais. Em vídeo divulgado pela PMMG, ele é citado como "Ricardinho".

Ainda de acordo com a PMMG, a polícia chegou até a dupla por meio de uma denúncia anônima de tráfico de drogas. Aos policiais do 17º batalhão, que fizeram a apreensão, Kaique teria mentido o seu nome em um primeiro momento. Mas, após uma pesquisa feita pelos policiais, os agentes descobriram a verdadeira identidade do suspeito, que admitiu o nome e confessou o crime, segundo a PM.

ALÍVIO

O pai do soldado Samuel Cosmo, o policial civil Antônio Marcos Cosmo, disse ao Estadão que a família se sente aliviada pela prisão, mas afirma também que se sentem preocupados com a escalada da violência. "Pelo que se sabe, os policiais (de Minas Gerais) foram averiguar uma denúncia de tráfico de drogas e encontraram ele traficando", disse Antônio Marcos Cosmo. Segundo ele, sem que o suspeito participasse de uma facção, certamente não seria possível ele sair da Baixada Santista e ter contatos para vender drogas em outro Estado.

"Isso é prova de que ele pertencia a uma organização criminosa. De certa forma, é um alívio para nós da família porque, com a prisão do indivíduo, ele pode responder pelo crime praticado, muito embora a gente veja aí a ousadia do crime e dessas organizações, porque ele não estava apenas escondido lá (na Baixada) esse tempo todo", disse o policial, que já perdeu outro filho assassinado em serviço.

A Secretaria de Segurança de São Paulo foi questionada sobre as afirmações do pai da vítima, mas não respondeu à reportagem até a publicação do texto.

Para facilitar a captura de Kaique Coutinho, a pasta chegou a promover um programa de recompensas, que previa o pagamento de R$ 50 mil a quem que fornecesse informações que ajudassem a localizá-lo.

BAIXADA SANTISTA

Confrontos entre policiais e criminosos aumentaram na Baixada Santista depois que o soldado Cosmo foi atingido no dia 2. Sete pessoas foram mortas pela Polícia Militar nos dois dias subsequentes ao da morte do agente da Rota, e novas ocorrências foram registradas na semana que antecedeu o carnaval.

São pelo 18 mortos na Operação Verão nas últimas semanas, segundo a secretaria. Nesse período, três policiais foram assassinados. Um deles foi o cabo do Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep), José Silveira dos Santos, que morreu na região do morro do Tetéu em novo confronto com criminosos no último dia 7.

Israel invade hospital em Gaza com o pretexto de recuperar 'restos mortais'

O Exército de Israel invadiu o principal hospital no sul da Faixa de Gaza ontem. As Forças Armadas disseram que se tratava de uma operação limitada visando os restos mortais de reféns capturados pelo grupo terrorista Hamas. De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, o ataque matou um paciente e feriu outros seis dentro do complexo.

A incursão veio um dia depois que o exército tentou retirar milhares de desalojados que se abrigaram no Hospital Nasser, em Khan Younis, cidade que é o foco da ofensiva de Israel contra o Hamas nas últimas semanas. A guerra não dá sinais de cessar-fogo, e o risco de um conflito fronteiriço cresce à medida que Israel e o Hezbollah, no Líbano, trocam ataques depois de uma troca de mortes na quarta-feira passada.

O exército disse que tinha "informações confiáveis" de que o Hamas manteve reféns no hospital e que os restos mortais dos capturados poderiam estar dentro do complexo. Daniel Hagari, o porta-voz do exército de Israel, disse que as forças estavam conduzindo uma operação "limitada e precisa" no local e que não forçariam a saída de médicos ou pacientes. Israel acusa Hamas de usar hospitais e outras estruturas civis para abrigar seus combatentes.

Uma refém libertada disse à *Associated Press* em dezembro que ela e cerca de duas dezenas de pessoas capturadas foram mantidas no Hospital Nasser. A lei internacional proíbe que centros médicos sejam alvos na guerra, mas esses locais podem perder a proteção se forem utilizados para propósitos militares.

O porta-voz do Ministério da Saúde de Gaza, Ashraf al-Qidra, disse que Israel lançou uma "incursão massiva" com tiroteios intensos que feriram pessoas desalojadas que se abrigam no local. Ele disse que os militares ordenaram aos médicos que movessem os pacientes para outro prédio, que não estava equipado de forma apropriada para os tratamentos.

"Muitos não podem deixar o local, como aqueles com amputações dos membros inferiores, com diversas queimaduras ou os mais velhos", disse em uma entrevista ao *Al Jazeera*.

CENAS DE PÂNICO

O Hospital Nasser tem sido o último foco das operações que destruíram o sistema de saúde de Gaza, que luta para tratar dezenas de pacientes feridos nos bombardeios diários.

Vídeos após o ataque da noite mostram médicos lutando para transportar pacientes em macas por um corredor cheio de fumaça e poeira. Um médico usou a lanterna de um celular para iluminar um quarto escuro onde um homem ferido gritava de dor, enquanto barulhos de tiros ecoavam do lado de fora. A *Associated Press* não conseguiu checar a veracidade das imagens, mas eles coincidem com o que foi relatado sobre o ataque.

Khaled Alserr, um dos cirurgiões que ainda permanecem no Nasser, disse que os sete pacientes atingidos no ataque desta quinta-feira já estavam sendo tratados por ferimentos anteriores "A situação está escalando a cada hora e a cada minuto", disse.

O exército ordenou que o hospital e as áreas próximas fossem esvaziados no mês passado. Mas assim como em outros centros de saúde, médicos disseram que os pacientes não conseguiam deixar o local de forma segura ou serem realocados, e milhares de pessoas deslocadas pelos combates em outras regiões permaneciam ali.

"As pessoas foram forçadas a uma situação impossível", disse Lisa Macheiner, do grupo Médicos Sem Fronteiras (MSF). "Permaneça no Nasser contrariando as ordens de militares israelenses e se torne um potencial alvo, ou deixe o complexo e vá para um cenário apocalíptico de fuga onde bombas e ordens de retirada fazem parte da rotina."

O MSF disse que sua equipe teve que fugir do hospital nesta quinta-feira, deixando pacientes para trás, e que um membro da equipe foi detido em um posto de controle de Israel perto do complexo.

ATAQUES NO LÍBANO

Em paralelo, Israel lançou ataques aéreos no sul do Líbano pelo segundo dia, depois de matar 10 civis e três combatentes do Hezbollah na quarta-feira, em resposta a um ataque de foguete que matou um soldado israelense e feriu vários outros.

Essa foi a troca de fogo mais mortal ao longo da fronteira desde o início da guerra entre Israel e Hamas. Israel e Hezbollah - um aliado do grupo terrorista Hamas - trocam tiros diariamente, crescendo os riscos de um conflito fronteiriço.

O Hezbollah não reivindicou o ataque com foguete. Mas Sheikh Nabil Kaouk, um membro sênior do grupo, disse que o Hezbollah está "preparado para a possibilidade de expandir a guerra" e que enfrentaria "escalada com escalada, deslocamento com deslocamento e destruição com destruição".

Enquanto isso, negociações sobre um cessar-fogo em Gaza parecem ter estagnado, e o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, prometeu continuar a ofensiva até que o grupo terrorista Hamas seja destruído e os reféns sejam devolvidos.

Nota

PUTIN DIZ QUE RÚSSIA PREFERE BIDEN A TRUMP PORQUE DEMOCRATA É 'MAIS EXPERIENTE E PREVISÍVEL'

O presidente Vladimir Putin disse que a Rússia iria preferir ver o presidente dos Estados Unidos Joe Biden ganhar um segundo mandato, descrevendo o democrata como mais experiente e mais previsível do que Donald Trump - mesmo que Moscou discorde fortemente com as políticas da atual administração. Os comentários de Putin durante uma entrevista com a emissora de TV estatal da Rússia na quarta-feira, foram os primeiros sobre as eleições presidenciais de 2024 nos Estados Unidos, que possivelmente terão Biden contra Trump. As falas surgem em um momento de altas tensões entre a Rússia e o Ocidente - e profundas discordâncias nos Estados Unidos sobre a melhor forma de combater a Rússia e ajudar a Ucrânia. "Biden, ele é mais experiente, mais previsível. Ele é um político da velha formação", disse Putin, quando questionado sobre qual candidato seria melhor para a Rússia. "Mas nós iremos trabalhar com qualquer líder dos Estados Unidos em quem o povo americano confie." Putin afirmou que enviou tropas para a Ucrânia para proteger os falantes de russo e para evitar uma ameaça à segurança da Rússia representada pela tentativa da Ucrânia de aderir à aliança da Otan. A Ucrânia e os seus aliados ocidentais denunciaram a ação de Moscou como um ato de agressão não provocado. Vários países da Otan, principalmente os EUA sob a liderança de Biden, enviaram armas a Kiev e outros tipos de ajuda militar para se defenderem do ataque da Rússia.